<table>
<thead>
<tr>
<th>SUMÁRIO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Nota do autor à nona edição</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Introdução</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Capítulo I
**Princípios do Processo** | 27
---
1. **Processo e direitos fundamentais** | 27
2. **Outros princípios** | 29
3. **Direito fundamental a um processo devido (devido processo legal)** | 29
   3.1. **Generalidades** | 29
   3.2. **Devido processo legal aplicado ao âmbito das relações privadas** | 29
   3.3. **Devido processo legal em sentido material (substantive due process)**
      - O princípio da proporcionalidade | 34
   3.4. **Devido processo legal em sentido formal** | 39
4. **Direito fundamental à efetividade (à tutela executiva) ou máxima da maior coincidência possível** | 40
5. **Direito fundamental a um processo sem dilatações indevidas** | 41
6. **Direito fundamental à igualdade** | 44
7. **Direito fundamental à participação em contraditório** | 45
8. **Direito fundamental à amplitude da defesa** | 50
9. **Princípios da adequação e da adaptabilidade do procedimento** | 52
10. **Princípios dispositivo/inquisitivo** | 55
11. **Princípio da instrumentalidade** | 57
12. **Princípio da cooperação** | 58
13. **Direito fundamental à publicidade** | 62

### Capítulo II
**Jurisdição** | 65
---
1. **Conceito e características da jurisdição** | 65
   1.1. **Conceito** | 65
   1.2. **Decisão por terceiro imparcial – heterocomposição** | 66
   1.3. **A jurisdição como manifestação do Poder** | 68
   1.4. **A jurisdição como atividade criativa** | 68
   1.5. **Jurisdição como técnica de tutela de direitos mediante um processo** | 72
   1.6. **A jurisdição sempre atua em uma situação jurídica concreta** | 72
   1.7. **Impossibilidade de controle externo da atividade jurisdicional** | 73
   1.8. **Aptidão para a coisa julgada material** | 74
2. **Equivalentes jurisdicionais** | 74
   2.1. **Generalidades** | 74
   2.2. **Autotutela** | 74
   2.3. **Autocomposição** | 75
2.4. Mediação ................................................................................................. 76
2.5. Julgamento de conflitos por tribunal administrativo
(solução estatal não-jurisdicional de conflitos) ........................................ 76
3. Arbitragem ..................................................................................................... 79
4. Princípios inerentes à jurisdição ......................................................................... 83
4.1. Investidura .................................................................................................... 83
4.2. Territorialidade ............................................................................................. 83
4.3. Indelegabilidade ............................................................................................ 84
4.4. Inevitabilidade ............................................................................................... 86
4.5. Direito fundamental à inafastabilidade da apreciação pelo Poder Judiciário; ................................................................. 86
4.6. Juiz natural ..................................................................................................... 89
5. A jurisdição voluntária .......................................................................................... 92
5.1. Generalidades ................................................................................................. 92
5.2. Classificação dos procedimentos de jurisdição voluntária de Leonardo Greco .......................................................... 95
5.3. A jurisdição voluntária como administração pública de interesses privados ................................................................. 96
5.4. A jurisdição voluntária como atividade jurisdicional. ........................................ 96

Capítulo III
Competência ......................................................................................................... 101
1. Conceito e considerações gerais .......................................................................... 101
2. Distribuição da competência ............................................................................... 102
3. Princípios da tipicidade e da indisponibilidade da competência ........................... 102
4. A perpetuação da jurisdição ................................................................................. 103
5. Competência por distribuição ............................................................................... 105
6. Classificação da competência ............................................................................... 106
  6.1. Competência do foro (territorial) e competência do juízo .................................. 106
  6.2. Competência originária e derivada .................................................................. 107
  6.3. Incompetência relativa x Incompetência absoluta ........................................... 107
7. Competência constitucional .................................................................................... 109
8. Competência internacional .................................................................................... 111
  8.1. Considerações gerais ...................................................................................... 111
  8.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa (art. 88, CPC) ........ 113
  8.3. Competência internacional exclusiva (art. 89, CPC) ......................................... 113
  8.4. Competência concorrente e litispendência (art. 90, CPC) ............................... 114
9. Métodos para identificar o juízo competente ........................................................ 114
10. Critérios determinativos de distribuição da competência ..................................... 115
  10.1. Objetivo ....................................................................................................... 115
  10.2. Territorial .................................................................................................... 115
  10.3. Funcional ...................................................................................................... 116
    10.3.1. Generalidades ......................................................................................... 116
    10.3.2. Competência funcional x Competência territorial absoluta .................. 116
10.3.3. A competência funcional pela vinculação do juiz ao processo
- o princípio da identidade física do juiz (art. 132, CPC)........ 118
11. Principais regras de competência territorial ........................................... 120
12. Modificações da competência .................................................................. 126
  12.1. Generalidades .................................................................................. 126
  12.2. Não-oposição da exceção de incompetência ........................................ 126
  12.3. Foro de eleição (art. 111, CPC) .......................................................... 126
      12.3.1. Generalidades ...................................................................... 126
      12.3.2.Invalidade de cláusula de foro de eleição e remessa dos
      autos ao juízo competente (art. 112, par. ún., CPC). Nova
      hipótese de prorrogação da competência (art. 114 do CPC) .... 128
  12.4. Conexão e continência ..................................................................... 131
      12.4.1. Noções gerais sobre a conexão e continência
      Crítica aos conceitos legais. A conexão
      por prejudicialidade e a conexão por preliminaridade ............... 131
      12.4.2. Conexão na instância recursal ................................................. 135
      12.4.3. Forma de alegação ................................................................ 136
      12.4.4. Distinção entre a alegação de modificação
      de competência e a alegação de incompetência relativa ............... 137
      12.4.5. A conexão em causas coletivas pode importar
      modificação da competência absoluta ............................................ 138
      12.4.6. Possibilidade de reunião de causas conexas,
      sendo uma de conhecimento e a outra de execução ................. 139
  12.5 Prevenção .......................................................................................... 141
  12.6. Outras regras de modificação da competência ................................... 142
13. Conflito de competência .......................................................................... 142
  13.1. Conceito ......................................................................................... 142
  13.2. Legitimidade e participação do Ministério Público ............................. 143
  13.3. Competência ................................................................................. 144
  13.4. Procedimento .................................................................................. 145
14. Competência da Justiça Federal ................................................................. 145
  14.1. Características .............................................................................. 145
  14.2. Competência dos juízes federais em razão da pessoa ....................... 146
      14.2.1. Causas do art. 109, I, CF/88 ................................................. 146
      14.2.2. Causas do art. 109, II, CF/88 .............................................. 151
      14.2.3. Causas do art. 109, VIII, CF/88 ......................................... 152
  14.3. Competência funcional: art. 109, X, segunda parte ......................... 153
      14.4.1. Causas do art. 109, III, CF/88 ............................................. 154
      14.4.2. Causas do art. 109, V-A: grave violação a direitos humanos ...... 155
      14.4.3. Causas do art. 109, XI, CF/88: disputa sobre direitos indígenas 157
      14.4.4. Causas referentes à nacionalidade e à naturalização:
      art. 109, X, fine ................................................................. 158
14.5. Competência territorial da Justiça Federal .................................................. 159
14.5.1. Considerações gerais ......................................................................... 159
14.5.2. CF/88, art. 109, §3º: competência federal por delegação ........... 160
14.6. Competência do Tribunal Regional Federal (art. 108 da CF/88) ............ 164

Capítulo IV

Teoria da Ação ............................................................................................... 167
1. Acepções do vocábulo “ação” ................................................................. 167
2. A demanda e a relação jurídica substancial ........................................... 169
3. Elementos da “ação” .............................................................................. 170
4. Condições da “ação” .............................................................................. 171
4.1. Generalidades .................................................................................... 171
4.2. Momento de verificação das condições da ação. 
Notas sobre a teoria da aferção ......................................................... 172
4.3. A possibilidade jurídica do pedido ...................................................... 175
4.4. A legitimidade para agir em juízo ......................................................... 176
4.4.1. Noção .......................................................................................... 176
4.4.2. Classificação .............................................................................. 178
4.4.3. Substituição processual ou legitimação extraordinária .............. 180
4.4.4. Substituição processual e sucessão processual ......................... 183
4.4.5. Substituição processual e representação processual .................. 183
4.4.6. A legitimação na tutela coletiva ..................................................... 183
4.5. O interesse de agir ............................................................................. 186
4.5.1. Generalidades ............................................................................. 186
4.5.2. O interesse-utilidade ................................................................. 188
4.5.3. O interesse-necessidade e as ações necessárias ......................... 188
4.5.4. O denominado interesse-adequação ............................................ 189
5. Tipologia das “ações” ............................................................................. 191
5.1. Classificação segundo a natureza da relação jurídica 
discutida: real e pessoal ........................................................................... 191
5.2. Classificação segundo o objeto do pedido mediato: 
mobiliária ou imobiliária ......................................................................... 191
5.3. Classificação segundo o tipo de tutela jurisdicional: 
conhecimento, cautelar e executiva. Ações sincréticas ....................... 191
5.4. Classificação das ações de conhecimento (certificação) ................... 191
5.4.1. Ações de prestação ..................................................................... 192
5.4.2. Ações constitutivas ..................................................................... 195
5.4.3. Ações meramente declaratórias .................................................. 197
5.4.4. O art. 4º, par. ún, CPC. Distinção entre ação meramente 
declaratória e ação de prestação (condenatória). O art. 475-N, I, 
do CPC, acrescentado pela Lei Federal n. 11.232/2005 ..................... 199
5.5. Ações dúpliceces ............................................................................... 201
### SUMÁRIO

6. Cumulação de ações ................................................................. 202
7. Concurso de ações ............................................................... 202

Capítulo V

Os "Pressupostos Processuais"

1. "Pressuposto processual": uma apresentação ......................... 207
2. Pressupostos de existência e requisitos de validade .................. 208
3. A classificação proposta, baseada na obra de José Orlando Rocha de Carvalho ....................................................... 210
4. Pressupostos processuais subjetivos ....................................... 211
   4.1. Capacidade de ser parte .................................................. 211
   4.2. Existência de órgão investido de jurisdição ....................... 212
   4.3. Pressuposto processual objetivo: a existência de ato inicial do procedimento que introduz o objeto da decisão ........... 212
5. Requisitos processuais subjetivos de validade ......................... 212
   5.1. Capacidade processual .................................................. 212
   5.2. Capacidade postulatória ................................................ 215
   5.3. Competência ............................................................... 219
   5.4. Imparcialidade ............................................................. 209
6. Requisito processual objetivo intrínseco: respeito ao formalismo processual ...................................................... 219
7. Requisitos processuais objetivos extrínsecos ou negativos .......... 220
8. Regramento processual das pessoas casadas ............................. 221
   8.1. Consideração introdutória .............................................. 221
   8.2. Capacidade processual dos cônjuges nas ações reais imobiliárias .......... 222
       8.2.1. O art. 1.647 do CC-2002 ........................................... 222
       8.2.2. A restrição da capacidade processual e a ressalva prevista no Código Civil de 2002 .............................. 222
       8.2.3. Forma e prova do consentimento ............................... 225
       8.2.4. Aplicação na união estável ........................................ 225
       8.2.5. O controle da ilegitimidade processual do cônjuge .......... 227
       8.2.6. Suprimento judicial do consentimento (art. 11 do CPC e art. 1.648 do CC-2002) ....................... 228
   8.3. Dívidas solidárias e litisconsórcio necessário entre os cônjuges (incisos II e III do § 2º do art. 10º do CPC) ............... 229
9. O curador especial ................................................................. 231

Capítulo VI

Teoria dos Fatos Jurídicos Processuais – Plano da Existência ........ 237
1. Nota Explicativa ................................................................. 237
2. Ato e Procedimento ............................................................ 238
3. Classificação dos Fatos Processuais em sentido amplo .............. 238
4. Conceito de Ato Processual ................................................ 242
5. Ato Ilícito Processual .......................................................... 244
Capítulo VII
Invalidades processuais ................................................................. 247
1. Consideração introdutória .......................................................... 247
2. Noções básicas sobre os planos da existência,
validade e eficácia dos fatos jurídicos .......................................... 248
3. Sistema de invalidades processuais – regras ......................... 250
   3.1. Sistema de invalidades processuais e sistema de invalidades
        do direito material .......................................................... 250
   3.2. O ato processual defeituoso produz efeitos até a sua invalidação.
        Toda invalidade processual é decretada .............................. 251
   3.3. Os tipos de defeito processual ........................................... 251
   3.4. Não há invalidade sem prejuízo ......................................... 253
   3.5. Intervenção do Ministério Público e invalidade .................... 254
   3.6. Princípio do aproveitamento dos atos processuais
        defeituosos. O princípio da fungibilidade .......................... 255
   3.7. Sanabilidade de qualquer defeito processual ....................... 256
   3.8. Invalidade do procedimento (inadmissibilidade) e invalidade
        de cada um dos atos do procedimento .................................. 256
   3.9. Invalidação de atos do juiz, das partes e dos auxiliares da justiça ... 258
   3.10. Princípios da proporcionalidade, cooperação e economia
        processual aplicados ao sistema das invalidades processuais .... 260
   3.11. O princípio da lealdade processual
        (proibição do venire contra factum proprium) ..................... 261
   3.12. Decisão sobre a invalidade e preclusão ................................ 263
4. Painel doutrinário ......................................................................... 264

Capítulo VIII
Preclusão ................................................................. 269
1. Conceito .................................................................................. 269
2. Fundamentos da preclusão e o seu papel no formalismo processual ... 270
3. Classificação ................................................................. 272
   3.1. Generalidades ............................................................... 272
   3.2. Preclusão temporal ......................................................... 273
   3.3. Preclusão lógica ............................................................. 274
   3.4. Preclusão consumativa .................................................. 275
   3.5. Preclusão-sãão ou preclusão punitiva .................................. 276
4. Natureza jurídica ........................................................................ 277
   4.1. A preclusão como fato e como efeito jurídico .................... 277
   4.2. A preclusão como sanção ................................................. 278
5. Preclusão, prescrição e decadência ......................................... 279
6. Preclusão para o juiz ............................................................... 280
7. Efeitos da preclusão ............................................................... 282
Capítulo IX

Teoria da Cognição Judicial .......................................................... 285

1. Conceito de cognição ........................................................................ 285
2. Conceito de questão ........................................................................... 285
3. Resolução das questões: resolução incidenter tantum (mera cognição) e resolução principaliter tantum (decisão) ........................................ 286
4. Objeto do processo e objeto litigioso do processo ......................... 287
5. Objeto da cognição judicial (tipologia das questões) ................... 289
   5.1. Consideração introdutória .......................................................... 289
   5.2. Questões de fato e questões de direito .................................. 289
   5.3. Questões preliminares e questões prejudiciais ......................... 291
   5.4. Condições da ação, pressupostos processuais e mérito: questões de admissibilidade e questões de mérito ................................. 293
6. Espécies de cognição ......................................................................... 296

Capítulo X

Litisconsórcio .................................................................................. 299

1. Conceito ......................................................................................... 299
2. Classificação .................................................................................. 299
   2.1. Ativo, passivo e misto .............................................................. 299
   2.2.Inicial e ulterior ...................................................................... 299
   2.3. O confronto entre os litisconsórcios unitário, simples, necessário e facultativo ................................................................. 300
3. Regime de tratamento dos litisconsortes ....................................... 304
4. Litisconsórcio eventual ................................................................. 306
5. Litisconsórcio alternativo ............................................................... 307
6. Litisconsórcio sucessivo ................................................................. 307
7. Litisconsórcio facultativo impróprio. Litisconsórcio recusável. Litisconsórcio multidinário ................................................................. 308
8. Litisconsórcio necessário ativo ....................................................... 309
9. A intervenção iussu iudicis (art. 47, par. ún., do CPC) ................ 316

Capítulo XI

Intervenção de terceiros .................................................................. 321

1. Introdução ..................................................................................... 321
2. Fundamento da intervenção de terceiro ....................................... 322
3. Conceitos fundamentais ............................................................... 322
   3.1. Conceito de parte .................................................................. 322
   3.2. Conceito de terceiro .............................................................. 323
   3.3. Conceito de intervenção de terceiro ...................................... 323
   3.4. Processo incidente e incidente do processo ............................ 323
4. Efeitos na relação jurídica processual ......................................... 324
5. Controle do magistrado ................................................................. 324
6. Momento ....................................................................................... 325
Fredie Didier Jr.

7. Hipóteses excepcionais de cabimento ................................................................. 325
7.1. Juizados especiais .................................................................................................. 325
7.2. Intervenção de terceiro nos processos de controle concentrado da constitucionalidade ........................................................................................................... 325
7.3. Intervenção de terceiros no procedimento sumário ............................................. 328
8. Assistência .................................................................................................................. 329
8.1. Considerações gerais ............................................................................................. 329
8.2. Procedimento .......................................................................................................... 329
8.3. Classificação ............................................................................................................. 329
8.3.1. Assistência simples ou adesiva ........................................................................... 329
8.3.2. Assistência litisconsorcial ................................................................................ 332
8.4. Intervenção do co-legitimado ................................................................................. 333

9. Oposição .................................................................................................................... 334
9.1. Conceito .................................................................................................................. 334
9.2. Tipos ....................................................................................................................... 335
9.3. Reconhecimento da procedência do pedido pelos opostos ................................... 336
9.4. Oposições sucessivas e oposições convergentes .................................................... 336

10. Nomeação à autoria ................................................................................................ 337
10.1. Generalidades ..................................................................................................... 337
10.2. A nomeação à autoria feita pelo mero detentor (art. 62 do CPC) e a regra do art. 1.228 do CC-2002 ....................................................................................... 338
10.4. Procedimento ....................................................................................................... 340

11. Denunciação da lide ............................................................................................... 341
11.1. Generalidades ..................................................................................................... 341
11.2. “Obrigatoriedade” da denunciação da lide ......................................................... 343
11.3. Situação processual do denunciado ..................................................................... 345
11.4. A denunciação da lide em caso de evicção (art. 70, I, CPC) e a regra do art. 456 do CPC. A denominada denunciação da lide per saltum .................................. 347
11.5. A denunciação da lide com base no inciso II do art. 70 do CPC ......................... 350
11.6. A denunciação da lide com base no inciso III do art. 70 do CPC ....................... 351
11.6.1. Considerações gerais ....................................................................................... 351
11.6.2. A concepção restritiva ..................................................................................... 351
11.6.3. A concepção ampliativa .................................................................................. 354
11.6.4. A posição do Superior Tribunal de Justiça ....................................................... 357
11.6.5. Síntese conclusiva: a nossa opinião ................................................................ 358
11.7. Procedimento da denunciação da lide formulada pelo autor (art. 74, CPC) ................................................................................................................................. 359
11.8. Procedimento da denunciação da lide formulada pelo réu (art. 75, CPC) ........... 359
11.9. O par. ún. do art. 456 do CC-2002 e o inciso II do art. 75 do CPC ....................... 360
## Sumário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Páginas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>12</td>
<td>Chamamento ao processo</td>
<td>367</td>
</tr>
<tr>
<td>13</td>
<td>Outras Questões</td>
<td>369</td>
</tr>
<tr>
<td>13.1</td>
<td>A denunciação da lide e o chamamento ao processo nas causas de consumo</td>
<td>369</td>
</tr>
<tr>
<td>13.2</td>
<td>Intervenção especial da União e das pessoas jurídicas de direito público</td>
<td>372</td>
</tr>
<tr>
<td>13.3</td>
<td>Intervenção litisconsorcial voluntária ou litisconsórcio facultativo ulterior simples</td>
<td>377</td>
</tr>
<tr>
<td>13.4</td>
<td>Intervenção do <em>amicus curiae</em></td>
<td>379</td>
</tr>
<tr>
<td>13.4.1</td>
<td>Noção e hipóteses</td>
<td>379</td>
</tr>
<tr>
<td>13.4.2</td>
<td>Poderes processuais do <em>amicus curiae</em></td>
<td>384</td>
</tr>
<tr>
<td>13.5</td>
<td>A nova intervenção de terceiro na ação de alimentos (art. 1.698 do CC-2002)</td>
<td>386</td>
</tr>
<tr>
<td>14</td>
<td>Quadros sinóticos</td>
<td>390</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Capítulo XII</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alienação da Coisa ou do Direito Litigioso</td>
<td>391</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Capítulo XIII</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Petição Inicial</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1</td>
<td>Petição inicial e demanda</td>
<td>397</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Requisitos</td>
<td>397</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Emenda da petição inicial</td>
<td>404</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Indeferimento da petição inicial</td>
<td>405</td>
</tr>
<tr>
<td>4.1</td>
<td>Considerações gerais</td>
<td>405</td>
</tr>
<tr>
<td>4.2</td>
<td>Hipóteses de indeferimento</td>
<td>409</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Pedido</td>
<td>412</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1</td>
<td>Conceito e divisão</td>
<td>412</td>
</tr>
<tr>
<td>5.2</td>
<td>Requisitos</td>
<td>413</td>
</tr>
<tr>
<td>5.3</td>
<td>Cumulação de pedidos</td>
<td>414</td>
</tr>
<tr>
<td>5.3.1</td>
<td>Cumulação própria: simples ou sucessiva</td>
<td>414</td>
</tr>
<tr>
<td>5.3.2</td>
<td>Cumulação imprópria: subsidiária ou alternativa</td>
<td>415</td>
</tr>
<tr>
<td>5.3.3</td>
<td>Cumulação inicial e cumulação ulterior</td>
<td>419</td>
</tr>
<tr>
<td>5.3.4</td>
<td>Requisitos para a cumulação</td>
<td>420</td>
</tr>
<tr>
<td>5.4</td>
<td>Ampliação da demanda</td>
<td>423</td>
</tr>
<tr>
<td>5.5</td>
<td>Redução da demanda</td>
<td>423</td>
</tr>
<tr>
<td>5.6</td>
<td>Alteração objetiva da demanda</td>
<td>423</td>
</tr>
<tr>
<td>5.7</td>
<td>Tipologia</td>
<td>426</td>
</tr>
<tr>
<td>5.7.1</td>
<td>Pedido implícito e interpretação do pedido</td>
<td>426</td>
</tr>
<tr>
<td>5.7.2</td>
<td>Pedido genérico</td>
<td>428</td>
</tr>
<tr>
<td>5.7.3</td>
<td>Pedido alternativo</td>
<td>431</td>
</tr>
<tr>
<td>5.7.4</td>
<td>Pedido cominatório</td>
<td>433</td>
</tr>
<tr>
<td>5.7.5</td>
<td>Pedido relativo a obrigação indivisível</td>
<td>436</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Capítulo XIV

**Julgamento liminar de mérito – a improcedência prima facie**

1. Generalidades ................................................................. 439
2. Indeferimento da petição inicial em razão do reconhecimento de prescrição ou decadência legal .................. 440
3. Julgamento imediato de causas repetitivas ..................... 447

Capítulo XV

**Citação** ........................................................................ 453

1. Generalidades ................................................................. 453
2. A citação como “pressuposto processual” ......................... 453
3. Comparecimento do réu não-citado ................................. 455
4. A recorribilidade do “cito-se” ......................................... 455
5. Pessoa(s) identificada(s) (art. 215) ................................. 457
6. Local (art. 216, CPC) ...................................................... 457
7. Impedimento legal para a citação (art. 217, CPC) ............. 457
8. Efeitos da citação (a luz do CC-2002) ......................... 458
9. Modalidades .................................................................. 464
   9.1. Citação pelo correio .................................................. 464
   9.2. Citação por mandado ................................................. 465
   9.3. Citação por mandado com hora certa ......................... 466
   9.4. Citação por edital ..................................................... 466
   9.5. Citação eletrônica ..................................................... 467

Capítulo XVI

**Resposta do réu e revelia** ........................................... 469

1. Teoria geral da exceção ................................................. 469
   1.1. Acepções .............................................................. 469
   1.2. Exceção em sentido material e exceção em sentido processual 470
   1.3. Da exceção como direito de defesa ............................. 471
   1.4. Ação versus exceção .............................................. 472
2. Espécies de defesa .......................................................... 473
   2.1. Mérito/admissibilidade .......................................... 473
   2.2. Objeções/exceções ............................................... 473
   2.3. Peremptória/dilatória ........................................... 476
   2.4. Direta/indireta (classificação das defesas substanciais) ...... 477
   2.5. Instrumental/interna ............................................. 477
3. A contestação ............................................................... 478
   3.1. Noção geral .......................................................... 478
   3.2. A regra da eventualidade ou concentração da defesa ...... 478
   3.3. Ónus da impugnação especificada ............................. 481
   3.4. Forma e requisitos ............................................... 482
   3.5. Pedido do réu ..................................................... 482
3.6. Aditamento e indeferimento da contestação ............................................ 482
4. Reconvenção ........................................................................................................ 483
4.1. Noções gerais .................................................................................................... 483
4.2. Possibilidade de ampliação subjetiva do processo
("reconvenção subjetivamente ampliativa") .................................................... 483
4.3. Requisitos ........................................................................................................ 485
4.4. Diferença entre reconvenção e ação declaratória incidental (ADI) ............ 487
4.5. Reconvenção e substituição processual ....................................................... 487
5. Exceções instrumentais ...................................................................................... 487
5.1. Generalidades ............................................................................................. 487
5.2. Arguição de impedimento e suspeição ....................................................... 488
5.2.1. Generalidades ..................................................................................... 488
5.2.2. Impedimento do tribunal ou da maioria absoluta do tribunal .... 491
5.2.3. Impedimento e suspeição de outros sujeitos da relação jurídica processual ................................................................. 492
5.2.4. Eficácia externa da argüição de suspeição/impedimento ………………… 492
5.3. Exceção de incompetência ........................................................................ 493
6. A revelia ............................................................................................................. 494
6.1. Noção ......................................................................................................... 494
6.2. Efeitos ......................................................................................................... 495
6.3. Mitigações à eficácia da revelia .................................................................. 495
6.3.1. A confissão ficta não é efeito necessário da revelia . 495
6.3.2. Revelia não implica necessariamente vitória do autor 496
6.3.3. Matérias que podem ser alegadas após o prazo de defesa . 497
6.3.4. Proibição de alteração de pedido ou da causa de pedir, bem como de propor declaração incidente (art. 321, CPC) 497
6.3.5. Intervenção do réu-revel ……………………………… 497
6.3.6. Necessidade de intimação do réu revel que tenha patrono ……………… 497
6.3.7. Possibilidade de ação rescisória por erro de fato …………………… 498
6.3.8 Querela nullitatis .............................................................................. 498
6.4. Revelia na reconvenção ………………………………………… 498

Capítulo XVII
Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo ………. 499
1. Saneamento e fase de saneamento. As providências preliminares ………… 499
2. Julgamento conforme o estado do processo …………………………………… 501
3. Julgamento antecipado do mérito da causa ……………………………………… 502
4. Audiência preliminar ……………………………………………………………….. 504
4.1. Generalidades ……………………………………………………………………….. 504
4.2. Denominação e objetivos da audiência ………………………………………… 505
4.3. Direitos que admitam transação ("rectius": conciliação) ……………………… 507
4.3.1. Generalidades …………………………………………………………………… 507
4.3.2. Conciliação em causas que envolvam pessoas jurídicas de direito público ……… 508
### Capítulo XVIII

**Extinção do Processo (Arts. 267, 268 e 269 do CPC)**

1. Observação ........................................................................... 521
2. Uma questão terminológica. A decisão parcial ("extinção imprópria do processo") .................................................. 521
3. Decisões que não examinam o mérito (art. 267 do CPC) ........... 523
   3.1. Consideração introdutória ................................................. 523
   3.2. Análise do art. 268 do CPC .................................................. 524
   3.3. Indeferimento da petição inicial ......................................... 528
   3.4. Abandono do processo pelas partes ................................... 528
   3.5. Abandono do processo pelo autor ....................................... 529
   3.6. Faia de "pressupostos processuais" ..................................... 530
   3.7. Peremptória, litispendência e coisa julgada ......................... 531
   3.8. Falta de condições da ação ................................................. 532
   3.9. Convenção de arbitragem ............................................... 533
   3.10. Desistência do prosseguimento do processo (revoção da demanda) .................................................. 533
   3.11. Falecimento do autor e intransmissibilidade do direito discutido ................................................ 536
   3.12. Confusão ....................................................................... 537
   3.13. Análise do §3º do art. 267 do CPC .................................... 537
4. Decisões que examinam o mérito (art. 269 do CPC) ............... 540
   4.1. Resolução ou julgamento de mérito? .............................. 540
   4.2. Julgamento do pedido ..................................................... 541
   4.3. Homologação da autocomposição das partes .................... 541
   4.4. Decadência e prescrição .................................................. 544

### Capítulo XIX

**Suspensão do processo** ......................................................... 547
1. Noções gerais ....................................................................... 547
2. Hipóteses de suspensão ........................................................ 548
   2.1. Morte ou perda da capacidade processual de parte, representante legal ou advogado ....................... 548
   2.2. Convenção das partes .................................................... 550
SUMÁRIO

2.3. Oposição de exceção de incompetência, impedimento e suspeição .......... 550
2.4. Prejudicialidade ou preliminaridade externa (art. 265, IV, “a”) ............... 551
2.5. Depender da verificação de um fato ou da produção
de uma prova (art. 265, IV, “b”) .............................................................. 551
2.6. Julgamento de questão de estado objeto de pedido
de declaração incidente (art. 265, IV, “c”) .............................................. 553
2.7. Força maior ......................................................................................... 553
2.8. Outros casos de suspensão .................................................................. 555
2.9. Suspensão do processo em razão da concessão
de medida liminar em ação declaratória de constitucionalidade .......... 556
3. Prática de atos durante a suspensão do processo ........................................... 556

Bibliografia ................................................................................................. 558
NOTA DOS AUTORES À NONA EDIÇÃO ................................................................. 13

Capítulo I
TEORIA DA PROVA.......................................................................................... 15
1. Noções introdutórias........................................................................................................ 15
2. Acepções da palavra "prova".................................................................................................. 16
3. O direito fundamental à prova. Relação entre o princípio do contraditório e o direito à prova........ 17
4. Normas estruturantes do direito probatório...................................................................... 18
4.1. Poderes instrutórios do juiz............................................................................................ 18
4.2. Aquisição processual da prova ou comunhão da prova..................................................... 26
   4.2.1. Noções iniciais........................................................................................................ 26
   4.2.2. Aplicação à valoração e eficácia probatória................................................................. 27
   4.2.3. Aplicação ao litisconsórcio.......................................................................................... 28
   4.2.4. Aplicação à admissibilidade probatória.
   O direito adquirido à produção da prova........................................................................ 30
   4.2.5. Confronto com o ônus objetivo da prova................................................................. 30
4.3. Proibição do uso de prova ilícita.................................................................................. 31
4.4. Valoração da prova pelo juiz (art. 131 do CPC)................................................................. 38
6. Objeto da prova............................................................................................................. 41
   6.1. Observação preliminar.................................................................................................. 41
   6.2. Característicos do fato probando................................................................................ 41
6.3. Fatos que independem de prova (art. 334, CPC)............................................................... 42
6.4. Prova do direito............................................................................................................. 44
6.5. Prova de fato ocorrido no estrangeiro............................................................................. 44
7. Meios e fontes de prova............................................................................................... 46
   7.1. Generalidades.............................................................................................................. 46
   7.2. Liberdade dos meios de prova. Meios típicos e atípicos.............................................. 46
8. Prova emprestada......................................................................................................... 47
   8.1. Conceito..................................................................................................................... 47
   8.2. Eficácia...................................................................................................................... 48
   8.3. Outras questões.......................................................................................................... 49
9. Máximas da experiência, indícios e presunções.............................................................. 50
   9.1. As máximas da experiência........................................................................................ 50
   9.2. Presunções e indícios................................................................................................ 53
   9.2.1. Indício................................................................................................................ 53
   9.2.2. Presunção............................................................................................................ 53
   9.2.3. Classificação das presunções.................................................................................... 55
   9.2.3.1. Simples, comuns, “de homem” ou “hominis”.................................................... 55
   9.2.3.2. Legais.............................................................................................................. 56
8.3. A recusa da parte a submeter-se a exame médico: o art. 232 do Código Civil,
o par. ún. do art. 2º-A da Lei n. 8.560/1992, o enunciado n. 301 da súmula
da jurisprudência predominante do STJ e as ações de investigação
de paternidade/maternidade e de investigação de ascendência genética......................... 58
9.4. A prova prima facie.................................................................................................. 62
9.5. Prova por amostragem............................................................................................... 64
10. Classificação da prova................................................................................................. 67
11. O problema da verdade e a prova............................................................................... 68
12. Finalidade da prova.................................................................................................... 72
13. Destinatário ................................................................................................................ 74
14. Ónus da prova ........................................................................................................... 75
  14.1. Ónus da prova. Ónus subjetivo e objetivo ............................................................ 75
  14.2. Ónus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária ............. 78
  14.3. Distribuição (estática) do ónus da prova ......................................................... 78
  14.4. Inversão do ónus da prova *ope judicis* e a chamada inversão do ónus da prova *ope legis*... 81
  14.5. Inversão do ónus da prova *ope judicis*. Causas de consumo e outras .......... 82
  14.6. Convenções sobre ónus da prova ..................................................................... 87
  14.7. Ónus da prova de fato negativo........................................................................ 88
  14.8. Prova diabólica .................................................................................................. 90
  14.9. Teoria da distribuição dinâmica do ónus da prova .......................................... 93
15. Instrução da causa .................................................................................................... 98
16. Preclusão para o juiz em matéria de prova ................................................................ 100
17. Natureza jurídica das normas sobre prova ............................................................. 102

Capítulo II
DEPOIMENTO DA PARTE ............................................................................................. 105
1. Noções gerais ............................................................................................................ 105
2. Espécies: o depoimento por provocação e o interrogatório .................................. 106
3. Depoimento do presentante e do representante ...................................................... 107
4. Recusa de depor ....................................................................................................... 108
   4.1. Noção ................................................................................................................. 108
   4.2. Escusa de depor .............................................................................................. 108
      4.2.1. Noção ............................................................................................................ 108
      4.2.2. Direito ou dever de silêncio .................................................................... 109
      4.2.3. Direito ao silêncio em relação a fatos criminosos ou torpes ................. 109
      4.2.4. Direito ao silêncio sobre fatos relacionados à vida familiar ou à atividade profissional ... 111
      4.2.5. Outras hipóteses expressas, em que se reconhece o direito ao silêncio, previstas no Código Civil (art. 229) ......................................................... 113
      4.2.6. Regra geral de escusa .............................................................................. 114
5. Procedimento do depoimento .................................................................................. 115

Capítulo III
CONFISSÃO .................................................................................................................... 117
1. Generalidades ......................................................................................................... 117
2. Natureza jurídica .................................................................................................... 118
3. Distinções ............................................................................................................... 119
   3.1. Confissão e reconhecimento do pedido ......................................................... 119
   3.2. Confissão e admissão .................................................................................... 120
4. Espécies de confissão .............................................................................................. 121
5. Eficácia da confissão .............................................................................................. 122
6. Invencibilidade da confissão de quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados ......................................................................................... 124
7. A eficácia da confissão por representante ............................................................. 126
8. Irreversibilidade da confissão .................................................................................. 127
9. Invalidez da confissão ............................................................................................ 127
   9.1. Generalidades ................................................................................................. 127
   9.2. Impossibilidade de invalidação da confissão por dolo .................................... 128
   9.3. O erro de fato como causa de invalidação ...................................................... 129
10. Indivisibilidade da confissão .................................................................................. 130

Capítulo IV
PROVA DOCUMENTAL ................................................................................................. 133
### SUMÁRIO

1. **Conceito de documento** .......................................................... 133
2. **Documento e prova documental** .................................................. 136
3. **Prova documental e prova documentada** ...................................... 137
4. **Importância da prova documental** .............................................. 140
5. **Elementos do documento** ......................................................... 141
   5.1. **Autoria do documento** ......................................................... 141
      5.1.1. Autoria material e autoria intelectual ................................. 141
      5.1.2. **Documento autógrafo e haterográfico** ............................. 142
      5.1.3. **Documentos públicos e particulares** ............................... 142
      5.1.4. Subscrição e identificação da autoria .................................. 143
      5.1.5. **Autenticidade** .............................................................. 144
   5.2. **Conteúdo** ............................................................................. 145
   5.3. **Suporte** ................................................................................. 146
6. **Documento e instrumento** .......................................................... 147
7. **Data do documento** .................................................................... 148
8. **Eficácia probatória do documento** .............................................. 149
   8.1. **Introdução** ............................................................................. 149
   8.2. **Força probante dos documentos públicos** ............................... 150
      8.2.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público ............................ 150
      8.2.2. A caracterização da escritura pública como “prova plena”. 151
      8.2.3. Crítica à utilização da expressão “prova plena” ...................... 151
      8.2.4. O instrumento público como forma solene do ato jurídico (art. 366, CPC) .................................................. 152
   8.3. **Força probante dos documentos particulares** ........................... 156
      8.3.1. Autenticidade e veracidade do conteúdo do documento particular (art. 368, *caput*, CPC) .................. 156
      8.3.2. Eficácia probatória dos documentos testemunhais (art. 368, p. único, CPC) .......................... 158
      8.3.3. Eficácia probatória do telegrama, radiograma, do *fac-simile* e dos outros meios de transmissão de dados 158
      8.3.4. Eficácia probatória das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação .............................. 159
      8.3.5. Eficácia probatória dos livros comerciais e da escrituração contábil ..................................................... 160
      8.3.6. Indivisibilidade do documento particular (art. 373, p. único, CPC) e da escrituração contábil (art. 380, CPC) ................. 161
   8.4. **Originais, cópias, certidões e traslados** .................................. 161
9. **Ata notarial** ................................................................................ 165
10. **Vícios do documento: a irregularidade e a falsidade** ..................... 166
11. **Documento eletrônico** ............................................................... 168
12. **Produção da prova documental** .................................................. 172
   12.1. Momentos da proposição e da produção da prova .......................... 172
   12.2. **Junta posterior de documentos** ............................................. 173
   12.3. Possíveis atitudes da parte contra quem a prova documental é produzida .................................................. 174
13. **Meios de obtenção da prova documental** ....................................... 176
   13.1. **Requisição de documentos** ..................................................... 176
   13.2. **Exibição de documento ou coisa** ........................................... 178
      13.2.1. **Generalidades** ............................................................... 178
      13.2.2. Pedido de exibição formulado em face da parte adversária .......... 179
      13.2.3. **Procedimento da exibição promovida em face de terceiro particular** ................. 182
14. **Arguição de falsidade** ............................................................... 183
   14.1. **Noção** .................................................................................. 183
   14.2. **Natureza jurídica e finalidade** ............................................. 184
   14.3. **Legitimidade e interesse** ..................................................... 185
14.4. Procedimento

Capítulo V

PROVA TESTEMUNHAL

1. Noções gerais

2. Limitações à prova exclusivamente testemunhal:
   negócio jurídico cujo valor exceda a dez salários mínimos

3. Capacidade para testemunhar

4. Direito ao silêncio

5. Local e tempo do testemunho

6. Juntada do rol e intimação da testemunha

7. Substituição da testemunha

8. Procedimento de coleta do depoimento

9. Documentação do testemunho

Capítulo VI

PROVA PERICIAL

1. Conceito e generalidades

2. Fontes da prova pericial

3. Espécies de perícia

4. O perito e o assistente técnico

4.1. O perito e suas funções

4.2. Requisitos para escolha do perito

4.3. Nomeação de mais de um perito. Perícia complexa

4.4. Escusa e recusa do perito

4.5. Substituição do perito

4.6. Assistente técnico e suas funções

4.7. Quadro comparativo

5. O juiz e a perícia

6. Admissibilidade

7. Procedimento de produção da prova pericial

8. Contraditório

9. Avaliação. Possibilidade do "segunda perícia" ou "outra perícia"

10. Despesas

Capítulo VII

INSPEÇÃO JUDICIAL

Capítulo VIII

ACÕES PROBATÓRIAS AUTÔNOMAS

1. Noções gerais

2. Ações probatórias "cautelares"

3. A antecipação da prova e as ações probatórias autônomas

3.1. Direito autônomo à prova

3.2. Produção e valorização da prova antecipada

3.3. Forma e eficácia da prova antecipada

3.4. Utilidade e necessidade da prova antecipada

4. Mecanismos legais

4.1. Generalidades

4.2. Produção antecipada de prova

4.2.1. Meios de prova. Proposta de atividade (art. 332, CPC)

4.2.2. Competência e prevenção. Exegese constitucional (acesso à justiça)

4.2.3. Procedimento

4.3. Justificação

Capítulo IX

TEORIA

1. Nota

2. Sistema

2.1. 2.2. 2.3.

3. A sentença

4. Elementos

4.1. 4.2. 4.3.

5. Requisitos

5.1. 5.2.

6. Decisão

7. Decisão

8. A decisão

9. A decisão
SUMÁRIO

Capítulo IX
AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO .................................................. 267
1. Conceito e generalidades ........................................................................... 267
2. Conteúdo e estrutura .................................................................................. 268
   2.1. Considerações iniciais ................................................................. 268
   2.2. Abertura da audiência. Pregão inicial ........................................... 270
   2.3. Conciliação e fixação dos pontos controvertidos ......................... 270
   2.4. Produção das provas orais ........................................................... 271
   2.5. Alegações finais. Memoriais ....................................................... 272
   2.6. Sentença ..................................................................................... 274
   2.7. Conversão do julgamento em diligência ........................................ 274
3. Documentação da audiência. Lavratura do termo de audiência .............. 275
4. Designação, antecipação e adiamento da audiência de instrução e julgamento. 275
5. A unidade e continuidade da audiência. Casos excepcionais de suspensão 278

Capítulo X
TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL ................................................................. 281
1. Nota introdutória ..................................................................................... 281
2. Sistematação dos pronunciamentos judiciais ......................................... 281
   2.1. Introdução: conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais 281
   2.2. As decisões proferidas pelo juízo singular .................................... 282
   2.3. As decisões proferidas em órgão colegiado .................................. 285
3. A sentença como norma jurídica individualizada .................................... 286
4. Elementos da decisão judicial ............................................................... 288
   4.1. Introdução .................................................................................... 288
   4.2. Relatório ..................................................................................... 288
   4.3. Fundamentação .......................................................................... 289
       4.3.1. A legitimação da atividade jurisdicional e a regra da motivação 289
       4.3.2. O conteúdo da fundamentação ............................................. 291
       4.3.3. A fundamentação e a coisa julgada material ......................... 295
       4.3.4. A decisão sem motivação .................................................... 297
   4.4. Dispositivo ................................................................................. 300
       4.4.1. Conceito ............................................................................. 300
       4.4.2. A teoria dos capítulos de sentença .................................... 303
       4.4.3. Repercussões da teoria dos capítulos de sentença ............... 306
5. Requisitos da decisão judicial ............................................................... 307
   5.1. A congruência da decisão judicial ................................................. 307
   5.2. A congruência externa ................................................................. 307
       5.2.1. Introdução: a abrangência dos arts. 128 e 460, CPC ................ 307
       5.2.2. A congruência objetiva ....................................................... 309
           5.2.2.1. Decisão ultra petita ....................................................... 309
           5.2.2.2. Decisão extra petita ..................................................... 312
           5.2.2.3. Decisão cêtra petita .................................................... 315
       5.2.3. A congruência subjetiva ....................................................... 320
   5.3. A congruência interna .................................................................... 321
       5.3.1. Introdução: uma comparação com os requisitos do pedido .... 322
       5.3.2. Certeza (art. 460, p. ún., CPC) .......................................... 323
       5.3.3. Liquez.... .......................................................................... 327
       5.3.4. Clareza e coerência ............................................................ 331
6. Decisões objetivamente e/ou subjetivamente complexas ....................... 334
7. Decisões definitivas e decisões provisórias. ............................................. 336
   Decisões de mérito e decisões de admissibilidade (decisões terminativas) 336
8. A decisão e o fato superveniente (art. 462, CPC) ..................................... 340
9. A decisão que acolhe exceção substancial dilatória ................................ 349
10. Conteúdo da sentença .................................................................................................. 354
10.1. Conteúdo e efeitos: distinção ................................................................. 354
10.2. Classificação das decisões de procedência quanto ao seu conteúdo ......................................................................................................................... 355
10.2.1. Introdução .......................................................................................... 355
10.2.2. Decisões condenatórias .................................................................. 357
10.2.3. Decisões constitutivas ...................................................................... 360
10.2.4. Decisões meramente declaratórias .................................................. 362
11. Efeitos da decisão judicial ....................................................................................... 364
11.1. Eficácia principal ...................................................................................... 364
11.2 Eficácia reflexa ........................................................................................... 364
11.3. Eficácia anexa (eficácia de fato) ........................................................... 365
11.3.1. Generalidades .................................................................................. 365
11.3.2. Hipoteca judiciária ......................................................................... 367
11.4. Eficácia probatória .................................................................................. 371
12. Decisão determinativa .......................................................................................... 372
13. Publicação, retratação e integração da decisão ...................................................... 374
14. Interpretação da decisão judicial ............................................................................ 376

Capítulo XI
PRECEDEnte JUDICIAL ............................................................................................... 381
1. Noções fundamentais .......................................................................................... 381
1.1. Decisão, precedente e ratio decidendi (ou holding). (ou dictum) ................. 381
1.2. Obiter dictum (ou dictum) ....................................................................... 383
1.3. Identificação da ratio decidendi (ou holding) ............................................ 385
1.4. Espécies de decisão e precedente ............................................................... 389
1.4.1. Decisão de admissibilidade, decisão de mérito e o precedente ............... 389
1.4.2. Decisão que homologa autocomposição e precedente ......................... 389
2. A importância do estudo do precedente judicial .................................................. 390
3. A jurisprudência como fonte do Direito ............................................................. 391
4. Precedentes declarativos e precedentes criativos ............................................ 392
5. Eficácia jurídica do precedente ........................................................................... 393
5.1. Precedente como a to-fato juridico ............................................................. 393
5.2. Efeitos dos precedentes ............................................................................ 394
5.3. Nova compreensão de algumas normas jurídicas (princípios e regras) à luz da eficácia dos precedentes no direito brasileiro ....................................... 398
5.3.1. Princípio da igualdade.......................................................................... 399
5.3.2. Princípio da segurança jurídica ............................................................. 400
5.3.3. Regra da motivação das decisões judiciais ........................................ 401
5.3.4. Princípio do contraditório ................................................................. 402
5.4. Distinção entre a eficácia do precedente, coisa julgada e eficácia da intervenção ................................................................. 402
6. A dinâmica do precedente ..................................................................................... 403
6.1. Introdução .................................................................................................. 403
6.2. Súmula, jurisprudência e precedente. Produção e interpretação. Técnica de redação de enunciado sumulado ................................................. 403
6.3. Técnicas de confronto, interpretação e aplicação do precedente: distinguishing ................................................................. 406
6.4. Técnicas de superação do precedente: overruling e overridding ............. 409
7. A “súmula vinculante” ....................................................................................... 411
8. Alteração do precedente e eficácia retroativa ...................................................... 415

Capítulo XII
COISA JULGADA ........................................................................................................ 419
1. Considerações iniciais ....................................................................................... 419
2. Coisa julgada formal e coisa julgada material .................................................. 420
SUMÁRIO

3. Pressupostos da coisa julgada material ................................................................. 422
4. Acepções ................................................................................................................. 423
5. Regime jurídico da coisa julgada material .............................................................. 427
   5.1. Limites objetivos ................................................................................................. 427
   5.2. Limites subjetivos .............................................................................................. 429
   5.3. Modo de produção ............................................................................................. 432
6. Coisa julgada nas ações de estado ......................................................................... 434
7. Efeitos da coisa julgada ............................................................................................ 434
   7.1. Observação inicial ............................................................................................. 434
   7.2. Efeitos negativo e positivo ................................................................................ 435
   7.3. Efeito preclusivo ou eficácia preclusiva da coisa julgada ................................. 436
   7.4. Efeitos da coisa julgada penal na esfera civil (e vice-versa) ............................. 440
8. Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado (art. 471, CPC): limte temporal da coisa julgada ................................................................. 441
9. Instrumentos de revisão da coisa julgada ................................................................ 447
10. Relativização da coisa julgada .................................................................................. 450
11. Coisa julgada e incidente processual ..................................................................... 456

Capítulo XIII

ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ................................................................ 459
1. Tutela antecipada e cautelar: semelhanças e diferenças ........................................... 459
   1.1. A tutela definitiva: satisfatória (padrão) e cautelar ........................................... 459
   1.2. A tutela provisória (sumária e precária): tutela antecipada.
        Antecipação dos efeitos da tutela definitiva ..................................................... 463
   1.3. Tutela cautelar e tutela antecipada: mecanismos
        de neutralização dos males do tempo. Frações distintivos ............................... 464
   1.4. Histórico da tutela antecipada satisfatória (atributiva).
        O poder geral de cautela e o poder geral de antecipação ................................. 472
   1.5. A "fungibilidade" entre tutela cautelar e antecipada satisfatória (art. 273, §7º, do CPC):
        1.5.1. Noções gerais ............................................................................................ 474
        1.5.2. Subsistência do processo cautelar autônomo ............................................. 474
        1.5.3. Cumulação de pedidos: cautelar e conhecimento ...................................... 478
        1.5.4. "Fungibilidade" de mão dupla? ................................................................. 479
   1.6. Ressalva final. Foco do presente capítulo: tutela antecipada satisfatória ............. 482
2. Distinguão entre liminar e tutela antecipada ........................................................... 483
3. Tutela antecipada e julgamento antecipado da lide ................................................. 484
4. Análise do art. 273 do CPC ....................................................................................... 485
   4.1. Efeitos antecipáveis ............................................................................................ 485
        4.1.1. Antecipação da eficácia social da tutela....................................................... 485
        4.1.2. A antecipação nas ações constitutivas e declaratórias ............................... 486
   4.2. Cabimento .................................................................................................. 489
   4.3. Hipóteses de antecipação: assecuratória e punitiva ........................................... 491
   4.4. Pressupostos gerais ......................................................................................... 492
        4.4.1. Prova inequívoca e verossimilhança das alegações .................................... 492
        4.4.2. Reversibilidade dos efeitos do provimento ................................................ 496
   4.5. Pressupostos alternativos .................................................................................. 499
        4.5.1. Noções iniciais ........................................................................................... 499
        4.5.2. Perigo da demora ...................................................................................... 499
        4.5.3. Atos protelatórios e abusivos da parte ....................................................... 501
   4.6. Legitimidade ..................................................................................................... 505
        4.6.1. Autor, réu e terceiros intervenientes ........................................................ 505
        4.6.2. Ministério Público .................................................................................... 507
        4.6.3. Concessão ex officio .................................................................................. 508
4.7. Forma de requerimento ...............................................................509
4.8. Momento ..................................................................................510
  4.8.1. Considerações iniciais ..........................................................510
  4.8.2. Liminarmente ......................................................................511
  4.8.3. Na sentença ........................................................................512
  4.8.4. Em grau recursal ...............................................................512
4.9. Instrução ...................................................................................513
4.10. Manifestação do requerido .....................................................514
4.11. Decisão .....................................................................................515
4.12. Efetivação ................................................................................516
4.13. Possibilidade de revogação/modificação ..................................520
4.14. Recursos ...................................................................................522
5. A resolução parcial do mérito da causa (o § 6º do art. 273 do CPC) ....523
  5.1. Introdução ................................................................................523
  5.2. Natureza jurídica: resolução parcial do mérito e não antecipação dos efeitos da tutela ....526
  5.3. Nova modalidade de julgamento conforme o estado do processo .........................528
  5.4. A incontrovérsia ......................................................................529
  5.5. Grau de cognição e aptidão para a coisa julgada material .....................................530
  5.6. Recursos e ordem do processo no tribunal ........................................530
  5.7. Execução definitiva .................................................................532
6. A antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública ..........532
  6.1. Generalidades .........................................................................532
  6.2. Leis fundamentais e sua constitucionalidade. Breve histórico .................................537
  6.3. Análise do julgamento da ADI n. 223-6/DF ..................................540
  6.4. Exigência de trânsito em julgado para a expedição do precatório (EC 30/2001) ........543
  6.5. Tutela antecipada para a obrigação de fazer, não fazer e dar coisa em face do Poder Público .................................................................545
  6.6. Tutela antecipada contra o Poder Público em matéria tributária .................................547

BIBLIOGRAFIA .....................................................................................551
# Sumário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo I</th>
<th>TEORIA DOS RECURSOS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1. Conceito de recurso</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>2. O princípio do duplo grau de jurisdição</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>3. O recurso no sistema dos meios de impugnação da decisão judicial</td>
<td>26</td>
</tr>
<tr>
<td>4. Classificação</td>
<td>27</td>
</tr>
<tr>
<td>4.1. Quanto à extensão da matéria: recurso parcial e recurso total</td>
<td>27</td>
</tr>
<tr>
<td>4.2. Quanto à fundamentação: fundamentação livre e fundamentação vinculada</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td>5. Atos sujeitos a recurso e recursos em espécie</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1. Introdução – considerações sobre as mudanças feitas pela Lei Federal n. 11.232/2005, em relação à definição dos pronunciamentos judiciais</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>5.2. Sistematização</td>
<td>32</td>
</tr>
<tr>
<td>6. Desistência do recurso</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>7. Renúncia ao direito de recorrer e aquiescência à decisão</td>
<td>39</td>
</tr>
<tr>
<td>8. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito do recurso</td>
<td>41</td>
</tr>
<tr>
<td>8.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito: distinção</td>
<td>41</td>
</tr>
<tr>
<td>8.2. Generalidades sobre o juízo de admissibilidade</td>
<td>43</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3. Objeto do juízo de admissibilidade</td>
<td>44</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.1. Consideração introdutória</td>
<td>44</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.2. Cabimento. Princípio da fungibilidade. Regras da singularidade e da taxatividade dos recursos</td>
<td>45</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.2.1. Princípio da fungibilidade dos recursos</td>
<td>45</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.2.2. Regra da unicidade, unirrecorribilidade ou singularidade</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.2.3. Regra da taxatividade</td>
<td>47</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.3. Legitimidade (art. 499, CPC)</td>
<td>48</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.4. Interesse</td>
<td>51</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.4.1. Generalidades</td>
<td>51</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.4.2. Interesse recursal e formação do precedente judicial</td>
<td>52</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer</td>
<td>53</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.6. Tempestividade</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.7. Regularidade formal. A regra da dialeticidade dos recursos</td>
<td>62</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3.8. Preparo</td>
<td>63</td>
</tr>
<tr>
<td>8.4. Natureza jurídica do juízo de admissibilidade</td>
<td>70</td>
</tr>
<tr>
<td>8.5. Juízo de mérito</td>
<td>73</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Capítulo II
APELAÇÃO
1. Conceito
2. Situações excepcionais
   2.1. Embargos infringentes de ação 
   2.2. Causas internacionais
   2.3. Lei de Assistência Judiciária
   2.4. Sentença que decreta a falência
3. Regularidade formal
4. Efeitos
   4.1. Efeito devolutivo
   4.2. Análise do mérito pelo tribunal, após afastar o motivo da extinção do processo (§ 3º do art. 515 do CPC)
   4.3. Apelação na hipótese do art. 285-A do CPC
   4.4. Efeito suspensivo
   4.5. Medidas para concessão de efeito suspensivo à apelação
5. Questões anteriores à sentença ainda não decididas (CPC, art. 516)
6. A inovação em sede de apelação
7. Procedimento
   7.1. Procedimento em primeira instância. A súmula impeditiva de recurso
   7.2. Procedimento no tribunal
   7.3. Correção de defeitos processuais no procedimento da apelação
Capítulo III
AGRAVO
1. O agravo no CPC de 1973
2. O agravo retido
Sumário

3. Impossibilidade de o recorrente optar pelo agravo retido ou pelo agravo de instrumento. A conversão do agravo de instrumento em agravo retido por decisão do relator ............................................................................................................. 145

4. O agravo de instrumento ................................................................................................................. 152
   4.1. Peças obrigatórias .......................................................................................................................... 152
   4.2. As peças facultativas ....................................................................................................................... 157
   4.3. As peças essenciais ou necessárias ............................................................................................... 158
   4.4. Desnecessidade de autenticação ................................................................................................. 159
   4.5. Comprovação da interposição do agravo de instrumento (art. 526, parágrafo único, CPC) ................................................................................................................................. 160
   4.6. Procedimento do agravo de instrumento .................................................................................... 164
   4.7. Considerações sobre o agravo contra a decisão do relator. Inviabilidade do agravo interno contra a decisão que converte o agravo de instrumento em agravo retido e, igualmente, contra a decisão que concede ou denega o efeito suspensivo ou a tutela antecipada recursal ........................................................................... 167
   4.8. Extinção do processo em julgamento de agravo de instrumento .................................................. 172
   4.9. Agravo de instrumento pendente e superveniência de sentença .................................................. 173

Capítulo IV
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .................................................................................. 181

1. Os embargos de declaração como recurso e suas hipóteses de cabimento .......................... 181
2. Efeitos dos embargos de declaração .............................................................................................. 186
   2.1. Efeito devolutivo .......................................................................................................................... 186
   2.2. Efeito suspensivo ........................................................................................................................ 188
   2.3. O denominado efeito modificativo dos embargos de declaração (“embargos de declaração com efeito infringente”) ........................................................................................................ 189
   2.4. Interromper o prazo de interposição de outro recurso ................................................................. 190
3. Decisão omisso e dispensabilidade da oposição dos embargos de declaração ..................... 196
4. Natureza da decisão que julga os embargos de declaração ......................................................... 202
5. Competência para o julgamento dos embargos de declaração .................................................. 204
6. Prazo ............................................................................................................................................... 205
7. Regularidade formal dos embargos de declaração ...................................................................... 206
8. Dispensa de preparo ........................................................................................................................ 207
9. Contraditório e embargos de declaração ....................................................................................... 207
10. Multa pelo caráter proteletário ...................................................................................................... 208
11. Embargos de declaração e prequestionamento ......................................................................... 210
12. Embargos de declaração e o direito ao aditamento do recurso já interposto (“princípio” da complementaridade) ........................................................................................................ 211
13. Ratificação do recurso após julgamento dos embargos de declaração. Enunciado 418 da súmula do STJ ................................................................................................................. 212
14. Uniformização da jurisprudência nos embargos de declaração ................................................ 213
15. Controle de constitucionalidade e o julgamento dos embargos de declaração ...................... 214
Capítulo V
EMBARGOS INFRINGENTES................................................................. 217
1. Controvérsia sobre a manutenção dos embargos infringentes no direito positivo................................................................. 217
2. Os embargos de nulidade e infringentes do julgado previstos pelo CPC de 1939................................................................. 218
3. As hipóteses de cabimento dos embargos infringentes no CPC/73 .......... 220
4. Cabimento dos embargos infringentes apenas de acórdão de mérito que julgar a apelação...................................................... 224
5. Embargos infringentes em ação rescisória........................................ 226
6. Situações polêmicas ........................................................................ 228
6.1. Reexame necessário................................................................. 228
6.2. Embargos de declaração............................................................ 229
6.3. Julgamento de agravo............................................................... 230
6.4. Voto-médio.............................................................................. 232
6.5. Capítulo do acórdão que trata dos honorários advocatícios ............. 233
7. Os efeitos dos embargos infringentes .............................................. 238
8. Os embargos infringentes e a ausência de declaração de voto vencido ...... 239
9. As razões de decidir nos embargos infringentes (vinculação aos argumentos do voto vencido?).................................................. 240
10. Procedimento dos embargos infringentes ......................................... 241
11. Os embargos infringentes e o prazo para os recursos extraordinário e especial (o art. 498 do CPC)............................................. 243

Capítulo VI
RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL........................................ 247
1. Generalidades.............................................................................. 247
2. Recurso ordinário constitucional para o STF..................................... 247
3. Recurso ordinário constitucional para o STJ..................................... 250
3.1. Recurso ordinário constitucional em mandado de segurança .......... 250
3.2. Recurso ordinário constitucional em causas internacionais............. 252

Capítulo VII
RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.................... 255
1. Características gerais...................................................................... 255
2. Efeito devolutivo restrito. Recursos de fundamentação vinculada .......... 256
3. Recurso excepcional e reexame de prova........................................ 256
4. Recurso excepcional e os conceitos vagos........................................ 257
5. Recurso excepcional e interpretação de cláusula contratual............... 259
6. Prequestionamento................................................................. 260
7. Exigência de prévio esgotamento das instâncias ordinárias.............. 266
8. Recursos extraordinário e especial contra provimentos de urgência (Súmula do STJ, n. 86 e Súmula do STF, n. 735)......................... 268
9. Recurso extraordinário e recurso especial retidos (art. 542, § 3º, CPC) ........................................... 272
10. Sistema de admissibilidade desdobrado .......................................................................................... 278
11. Permitem execução provisória ........................................................................................................ 278
12. O julgamento dos recursos excepcionais. O enunciado n. 456 da súmula da jurisprudência predominante do STF. A profundidade do efeito devolutivo dos recursos excepcionais. As questões de ordem pública e o reexame de questões não enfrentadas pelo tribunal recorrido ......................................................... 282
13. Preparo ............................................................................................................................................. 285
15. Processamento dos recursos extraordinários. Análise do art. 543 do CPC ........................................ 290
16. Agravo contra a decisão que nega seguimento, na origem, a recurso extraordinário ou recurso especial (art. 544 do CPC) ........................................................................................................ 293
17. Profundidade do efeito devolutivo dos recursos extraordinários e os enunciados ns. 292 e 528 da súmula da jurisprudência predominante do STF ................................................................................................................ 298
18. Recurso especial ............................................................................................................................... 302
18.1. O papel do STJ .............................................................................................................................. 302
18.2. Considerações gerais sobre o recurso especial ......................................................................... 303
18.3. Cabimento com fundamento na letra “a” do inciso III do art. 105 da CF/88............................ 304
18.4. Cabimento com fundamento na letra “b” do inciso III do art. 105 da CF/88.............................. 306
18.5. Cabimento com fundamento na letra “c” do inciso III do art. 105 da CF/88.............................. 306
18.6. Recurso extraordinário em julgamento de recurso especial ....................................................... 312
18.7. Controle difuso da constitucionalidade da lei federal apontada como violada .................................. 312
18.8. Recurso especial em reexame necessário ............................................................................... 313
18.9. Julgamento por amostragem de recursos especiais repetitivos ............................................... 315
18.10. Desistência do recurso no procedimento de julgamento por amostragem .................................. 320
19. Recurso extraordinário .................................................................................................................... 322
19.1. Papel do STF .............................................................................................................................. 322
19.2. Considerações gerais ................................................................................................................. 323
19.3. Cabimento com fundamento na letra “a” do inciso III do art. 102 da CF/88............................ 324
19.4. Cabimento com fundamento na letra “b” do inciso III do art. 102 da CF/88.............................. 325
19.5. Cabimento com fundamento na letra “c” do inciso III do art. 102 da CF/88.............................. 326
19.6. Cabimento com fundamento na letra “d” do inciso III do art. 102 da CF/88.............................. 327
19.7. Recurso extraordinário contra julgamento que contraria tratado internacional sobre direitos fundamentais .................................................. 328
Capítulo VIII
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA
1. Objetivos dos embargos de divergência
2. Hipóteses de cabimento
3. Necessidade de a divergência ser atual e sua comprovação (confronto analítico)
4. Procedimento

Capítulo IX
AÇÃO RESCISÓRIA
1. Noção geral
2. Pressupostos da ação rescisória
3. O objeto da ação rescisória
4. Legitimidade
5. Competência para processar e julgar a ação rescisória
6. O prazo paraajuizamento da ação rescisória
7. Hipóteses de cabimento
8. A causa de pedir na ação rescisória
9. Prevaricação, concussão e corrupção
10. Impedimento do juiz
11. Incompetência absoluta
12. Dolo da parte vencedora
13. Conluio entre as partes
14. Offensa à coisa julgada
15. Violação à literal disposição de lei
16. Prova falsa
17. Documento novo
18. Houve motivo para invalidar confissão, reconhecimento da procedência do pedido, renúncia ou transação em que se baseou a sentença
19. Erro de fato
20. Procedimento

Capítulo X
AÇÃO DE NULIDADE
1. Consideração intrínseca
2. Consequências da constitucional
3. O posicionamento do STF (Lei Federal)
4. Reclamação contra contraria entendimento
5. Reclamação com e de direito
6. Custas e honorários

Capítulo XI
REEXAME NECESSÁRIO
1. Natureza jurídica
2. Hipóteses de cabimento
3. Procedimento
4. Hipóteses em que não é cabível reexame necessário
5. Direito do mérito

Capítulo XII
PEDIDO DE SUSPEITA
SUMÁRIO

8.7. Produção de provas na ação rescisória ..................................................... 442
8.8. Intervenção do Ministério Público ............................................................... 444
8.9. Tutela de urgência ....................................................................................... 444
9. Julgamento: o iudicium rescindens e o iudicium rescissorium .......................... 448
10. Recursos na ação rescisória ........................................................................ 451
11. Execução na ação rescisória ....................................................................... 453
12. Ação rescisória de julgamento proferido em ação rescisória ........................ 454

Capítulo X
AÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA (QUERELA NULLITATIS) .......... 455

Capítulo XI
RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL ................................................................. 461
1. Consideração introdutória ............................................................................ 461
2. Distinção entre a reclamação e a correição parcial ....................................... 462
3. Natureza jurídica ......................................................................................... 463
4. Conseqüências da definição da natureza jurídica da reclamação constitucional ........................................................................................................ 466
5. O posicionamento do STF firmado no julgamento da ADI 2.212-1. A possibilidade de reclamação perante tribunais de justiça. A reclamação como exercício do direito de petição – Crítica ......................................................... 467
6. A reclamação como demanda típica (fundamentação vinculada) .................. 471
7. A reclamação contra ato que desrespeitou enunciado da súmula vinculante do STF (Lei Federal n. 11.417/2006) ......................................................... 476
8. Reclamação contra decisão de Juizados Especiais Cíveis Estaduais que contraria entendimento do STJ ................................................................. 478
9. Reclamação e decisão transitada em julgado ............................................... 482
10. Procedimento ............................................................................................ 483
11. Custas e honorários advocatícios na reclamação ....................................... 486

Capítulo XII
REEXAME NECESSÁRIO ............................................................................. 487
1. Natureza jurídica ......................................................................................... 487
2. Hipóteses de cabimento .............................................................................. 488
3. Procedimento ............................................................................................ 490
4. Hipóteses em que pode ser dispensado o reexame .................................... 492
5. Reexame necessário, sentença terminativa e a possibilidade de julgamento direto do mérito pelo tribunal (§ 3º do art. 515 do CPC) ....................... 498

Capítulo XIII
PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA ............................................. 499
1. Previsão legal ............................................................................................ 499
2. Natureza jurídica do pedido de suspensão ................................................ 501
3. Legitimidade para o ajuizamento do pedido de suspensão ........................ 503
4. Competência para o pedido de suspensão...................................................... 504
5. Procedimento do pedido de suspensão...................................................... 506
6. Duração da suspensão concedida.............................................................. 507
7. Do agravo interno contra a decisão do pedido de suspensão..................... 509
8. Da renovação do pedido de suspensão para o tribunal superior.............. 511
9. Da suspensão para várias decisões similares e do pedido de aditamento.... 513
10. Da possibilidade de utilização concomitante de agravo de instrumento e de pedido de suspensão dos efeitos da liminar........................................... 514

Capítulo XIV
DA ORDEM DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS.................................................. 517
1. Generalidades .................................................................................................. 517
2. A função do regime interno dos tribunais................................................... 518
3. Protocolo, registro e distribuição................................................................. 518
4. Conexão e prevenção .................................................................................... 521
5. Distinções: voto, julgamento e acórdão (a necessidade de ementa no acórdão) .............................................................................................................. 522
6. A tutela de urgência no âmbito recursal....................................................... 526
7. A produção de prova em tribunal................................................................... 529
8. Relator ............................................................................................................ 532
  8.1. Generalidades............................................................................................. 532
  8.2. Análise do art. 557 do CPC....................................................................... 532
  8.3. O agravo interno ....................................................................................... 535
9. Revisor ........................................................................................................... 536
10. O julgamento ................................................................................................ 539
  10.1. A colegialidade como regra...................................................................... 539
  10.2. Convocação de outros juízes para a composição do quorum do julgamento. 540
  10.3. Da ordem de julgamento, inclusão e publicação da pauta...................... 541
  10.4. Exposição da causa pelo relator............................................................. 544
10.5. Sustentação oral ......................................................................................... 545
  10.5.1. Generalidades....................................................................................... 545
  10.5.2. O momento para a apresentação da sustentação oral......................... 546
  10.5.3. A publicidade como meio de viabilizar a sustentação oral.............. 548
  10.5.4. Pedido de sustentação oral................................................................. 550
  10.5.5. Casos em que não se admite a sustentação oral.............................. 551
  10.5.6. Aplicação do art. 557 do CPC e o cabimento da sustentação oral............... 553
  10.5.7. Sustentação oral versus esclarecimento de fato................................ 555
10.6. Pedido de vista.......................................................................................... 555
10.7. Julgamento separado do juízo de admissibilidade e de cada um dos pedidos cumulados................................................................. 557
10.8. Correção de defeito processual no julgamento em tribunal................... 559

Capítulo XV
INCIDENTE DE UNI
DE DECRETAÇÃO I
1. Considerações gerais.................................................................................
2. Uniformização da recurso (art. 555, § 4
3. Uniformização da, CPC): peculiaridad

BIBLIOGRAFIA......
10.9. A dispersão de votos (quando não se atingiu a maioria). O voto-médio...... 559
10.10. Modificação de voto................................................................................. 562
11. Incidentes em julgamento de tribunal......................................................... 563

Capítulo XV
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E INCIDENTE
DE DECRETAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM TRIBUNAL...... 565
1. Considerações gerais sobre os incidentes em julgamento de tribunal.......... 565
2. Uniformização da jurisprudência (arts. 476-479 do CPC).............................. 569
3. Uniformização da jurisprudência: distinção com o incidente de julgamento de
recurso (art. 555, § 1º, CPC) e com os embargos de divergência....................... 573
4. Incidente de decretação de inconstitucionalidade da lei (arts. 480-482 do
CPC): peculiaridades...................................................................................... 574

BIBLIOGRAFIA........................................................................................................ 581
Curso de Direito Processual Civil

PROCESSO COLETIVO

VOLUME 4

9ª edição

Atualizada de acordo com as Leis Federais n. 12.527/2011 (lei de acesso às informações) e 12.529/2011 (que redesenhou o sistema de proteção da concorrência no direito brasileiro), a Resolução Conjunta n. 02/2011, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Código Civil, as súmulas do STJ e STF, os projetos de codificação da legislação coletiva (Código de Processo Civil Coletivo Modelo para países de direito escrito - Antônio Gidi, Código-Modelo para a Ibero-América, Código Brasileiro de Processos Coletivos - Projeto IBDP e Código Brasileiro de Processos Coletivos - Projeto UERJ-UNESA) e o projeto de novo CDC, todos incluídos no apêndice.

2014

www.editorajuspodivm.com.br
NOTA DOS AUTORES À NONA EDIÇÃO ........................................................................ 15
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO ............................................................................. 17
APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO ................................................................. 19

Capítulo I
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO PROCESSO COLETIVO ........................................ 23
1. Breve Histórico das Ações Coletivas ....................................................................... 23
1.1. Generalidades ........................................................................................................ 23
1.2. Clóvis Beviláqua: um “réquiem” para as ações coletivas e para as tutelas adequadas aos direitos não-patrimoniais ................................................................. 24
1.3. Novas mudanças e os desdobramentos da alteração do paradigma individualista no Processo Civil Brasileiro: rumo ao processo (também) não-patrimonial e à primazia da tutela específica ................................................................. 27
2. A ação coletiva não é litisconsórcio multidimensional: a estrutura “molecular” do litígio .......................................................................................................................... 29
3. Fundamentos sociológicos e políticos da ação coletiva .......................................... 32
4. O processo coletivo como espécie de “processo de interesse público” (public law litigation) ...................................................................................................................... 33
5. Conceitos de processo coletivo, ação coletiva e tutela jurisdicional coletiva. Exemplos de procedimentos para a tutela coletiva no direito brasileiro ................. 38
6. O microssistema processual coletivo e o papel do Código de Defesa do Consumidor ................................................................................................................................. 42
6.1. Generalidades ........................................................................................................ 42
6.2. O CDC como um “Código de Processo Coletivo Brasileiro” .................................. 43
6.3. O microssistema do processo coletivo ..................................................................... 46
7. Modelos de tutela jurisdicional dos direitos coletivos ............................................. 50
7.1. Consideração inicial .............................................................................................. 50
7.2. Modelo da Verbandsklage (tradicional da Europa-Continental) .......................... 51
7.3. Modelo das class actions (modelo norte-americano) ........................................... 52
7.4. Universalização da experiência norte-americana e brasileira .............................. 53
8. Legislação e procedimentos relacionados à tutela coletiva ...................................... 54
9. Projetos de Código Processual Coletivo e principais tendências do Direito Processual Coletivo .................................................................................................................. 57
9.1. Projetos de Código de Processos Coletivos .......................................................... 57
9.2. A lógica da nova codificação: platôs filosóficos, razão fraca e racionalidade jurídica ................................................................................................................................. 61
9.3. Microssistemas e códigos: falsa incompatibilidade ................................................ 63
9.4. O contraditório como valor-fonte do Direito Processual e a necessidade de normas abertas no Código Processual Civil Coletivo ............................................ 65

Capítulo II
DIREITOS COLETIVOS LATO SENSU (DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS) ............................................................... 67
1. Introdução .................................................................................................................. 67
2. Direitos difusos ......................................................................................................... 68
3. Direitos coletivos stricto sensu .................................................................................. 68
4. Direitos individuais homogêneos ............................................................................. 69
5. Direitos individuais homogêneos como direitos coletivos: visão crítica da doutrina dos “direitos individuais coletivamente tratados” .............................................. 74
6. Titularidade dos direitos coletivos lato sensu: direitos subjetivos coletivos ............. 75
7. Critérios para a identificação do direito objeto da ação coletiva ............................... 76
8. Direitos ou “interesses”? ......................................................................................... 79
9. Ações pseudoindividuais? ...................................................................................... 84
Capítulo III
PRINCÍPIOS DA TUTELA COLETIVA.............................................................. 89
1. Introdução à teoria dos princípios .............................................................. 89
   1.1. A importância dos princípios no direito atual ........................................... 89
   1.2. Funções ou dimensões dos princípios ....................................................... 90
   1.3. Jusnaturalistas e juspositivistas ............................................................... 92
   1.4. Princípios como fontes primárias ............................................................. 94
   1.5. Definição de normas-princípio e normas-regra ......................................... 95
   1.6. Princípios como razões para regras ......................................................... 98
   1.7. Caráter *prima facie* das regras ............................................................. 98
   1.8. Direitos fundamentais como princípios e regras ...................................... 100
2. Princípios da tutela coletiva ................................................................. 100
   2.1. Consideração introdutória ...................................................................... 100
   2.2. Princípio do devido processo legal coletivo ............................................ 101
      2.2.1. Generalidades .................................................................................... 101
      2.2.2. Princípio da adequada representação (legitimação) .......................... 102
      2.2.3. Princípio da adequada certificação da ação coletiva .......................... 103
      2.2.4. Princípio da coisa julgada diferenciada e a "extensão subjetiva" da coisa julgada *secundum eventum litis* à esfera individual ................................. 104
      2.2.5. Princípio da informação e publicidade adequadas ......................... 104
      2.2.6. Princípio da competência adequada (*forum non conveniens e forum shopping*) ... 105
   2.3. Princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo .......... 107
   2.4. Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva ............................... 109
   2.5. Princípio do microssistema: aplicação integrada das leis para a tutela coletiva .................................................................................. 111
   2.6. Reparação integral do dano ..................................................................... 113
   2.7. Princípios da *não-taxatividade* e atipicidade (*ináxcia amplitud*) da ação e do processo coletivo ................................................................. 113
      2.7.1. Generalidades .................................................................................... 113
      2.7.2. O mandado de segurança coletivo como instrumento processual para a tutela de direitos difusos .......................................................... 115
      2.7.3. A tutela da Igualdade Racial e o ControleJudicial das Políticas Públicas (Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial) ............................. 117
   2.8. Princípio do ativismo judicial .................................................................. 118
3. Necessidade de indicação dos princípios na proposta de CBPC ou nas reformas da legislação coletiva .................................................................................. 121

Capítulo IV
COMPETÊNCIA...................................................................................... 123
1. Princípio da competência adequada .......................................................... 123
2. Competência territorial ............................................................................... 123
   2.1. Distinção entre competência funcional e competência territorial absoluta .... 123
   2.2. A competência para a ação civil pública como hipótese de competência territorial absoluta ................................................................. 124
   2.3. A competência para a ação civil pública e a regra de delegação de competência federal ao juízo estadual (art. 109, § 3º, CF/88) ......................... 125
   2.4. Competência quando o dano ou o ilícito for nacional ............................... 127
   2.5. Competência quando o dano ou o ilícito for regional ............................... 128
   2.6. Competência quando o dano ou o ilícito for estadual ............................... 129
3. A restrição territorial da eficácia das decisões em ação coletiva: o art. 16 da Lei Federal no 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e o art. 2º da Lei Federal n° 9.494/97. A decisão da 3ª. T. do STJ no REsp n. 1243386/RS ............................... 130
SUMÁRIO

4. Competência para a ação de improbidade administrativa.................................................................................................................. 137
   4.1. A inconstitucionalidade da Lei Federal nº 10.628/2002 (Prerrogativa de função) .......................................................... 137
   4.2. Competência para Julgamento dos Agentes Políticos (Crime de Responsabilidade e Bis in Idem) .................................................................................................................. 142
5. Outras hipóteses de competência da Justiça Federal para processar e julgar ação coletiva................................................... 145
6. Competência do STF para as ações coletivas que envolvam conflitos entre estados ou entre esses e a União (art. 102, I, “f”, CF/88) .................................................................................................................................. 145
7. Casos extraordinários de competência originária do STF para julgar a ação popular ................................................................. 146
8. Competência para julgamento de ação civil pública sobre poluição visual por propaganda política: Justiça Eleitoral ou Justiça Comum? .................................................................................................................................. 147

Capítulo V
CONEXÃO E LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES COLETIVAS

E A RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS E AÇÕES INDIVIDUAIS .............................................................................................................. 149

1. Conexão............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 149
   1.1. Considerações gerais sobre a conexão............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 149
   1.2. A conexão e a prevenção na tutela jurisdicional coletiva ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 151
   1.3. A conexão em causas coletivas pode importar modificação de uma regra de competência absoluta? É possível falar em juízo prevento universal? ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 153
2. Litispendência ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 156
   2.1. Considerações gerais sobre a litispendência............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 156
   2.2. Litispendência entre demandas coletivas............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 157
      2.2.1. Generalidades. Litispendência entre demandas coletivas propostas por legitimados diversos ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 157
      2.2.2. Efeito da litispendência entre demandas coletivas com partes distintas ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 158
      2.2.3. Identidade da situação jurídica substancial deduzida............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 160
      2.2.4. Litispendência entre demandas com causas de pedir distintas ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 161
      2.2.5. Litispendência entre as demandas coletivas que tramitam sob procedimentos diversos ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 162
      2.2.6. Há litispendência entre uma ação coletiva que versa sobre direitos difusos e outra que versa sobre direitos individuais homogêneos? ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 163
   3. Relação entre a ação coletiva e a ação individual............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 164
      3.1. A ação coletiva não induz litispendência para a ação individual............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 164
      3.2. O pedido de suspensão do processo individual. A ciência inequívoca da existência do processo coletivo e o ônus do demandado de informar o autor individual ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 165
      3.4. Há continência entre ação coletiva e ação individual? ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 168
      3.5. O direito à auto-exclusão (right to opt out) no microssistema brasileiro de tutela coletiva ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 169
      3.6. Possibilidade de suspensão do processo individual independentemente de requerimento da parte. O julgamento do REsp. n. 1.110.549/RS (recurso especial repetitivo) ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 171
      3.7. Comunicação da existência de processos repetitivos ou outro fato que possa dar ensejo ao ajuizamento de ação coletiva (art. 7º da LACP) ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 175

Capítulo VI
LEGITIMAÇÃO AD CAUSAM NAS AÇÕES COLETIVAS ................................................................................................................................. 177

1. Natureza jurídica da legitimação coletiva ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 177
2. Legitimação ativa............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 180
3. Características da legitimação coletiva ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 183
4. O problema do interesse do substituto ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 185
5. Controle jurisdicional da legitimação coletiva ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 187
6. Consequência da falta de legitimação coletiva ativa ............................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................................... 191
7. Legitimidade ativa das Defensorias Públicas................................................................. 192
8. “Legitimidade ad causam ou ad processum” no mandado de segurança coletivo. Perspectivas... 196
9. Notas sobre litisconsórcio na ação de improbidade administrativa: litisconsórcio entre “agentes improbos” e litisconsórcio entre o “agente improbo” e a pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.............. 199
10. Outros problemas relacionados à legitimidade ativa do Ministério Público.................. 201

Capítulo VII
INQUÉRITO CIVIL........................................................................................................... 203
1. Noções gerais .............................................................................................................. 203
2. Princípio do contraditório.......................................................................................... 208
3. Princípio da publicidade............................................................................................ 211
4. Princípio da duração razoável do procedimento...................................................... 213
5. Instauração.................................................................................................................. 213
6. Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta....................................... 215
7. Arquivamento............................................................................................................. 216
8. Reabertura do inquérito e reapreciação de provas.................................................... 219
9. O inquérito civil e o crime de falso testemunho......................................................... 220
10. Recomendações........................................................................................................ 221
11. Audiências públicas............................................................................................... 223
12. Cadastro nacional das ações coletivas, inquéritos cíveis e termos de ajustamento de conduta.... 225

Capítulo VIII
INTERVENÇÃO DE TERCEIROS................................................................................... 227
1. Assistência nas causas que versem sobre direitos difusos e coletivos stricto sensu .......... 227
2. Assistência nas causas que versem sobre direitos individuais homogêneos.................. 229
3. Intervenção de amicus curiae em ações coletivas..................................................... 231
4. Assistência na ação popular....................................................................................... 232
5. Intervenção do colegitimado em ação coletiva (litisconsórcio ulterior unitário ativo).... 234
6. Intervenção da pessoa jurídica interessada na ação popular e na ação de improbidade administrativa................................................................. 236
7. Denunciação da lide ................................................................................................. 237
7.1. O problema do inciso III do art. 70 do CPC............................................................. 237
7.2. A questão na ação civil pública............................................................................. 240
7.3. A denunciação da lide e o chamamento ao processo nas causas coletivas de consumo ...... 241
8. Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (lato sensu) como assistente simples em processo individual .................................................. 244

Capítulo IX
ASPECTOS GERAIS DA TUTELA COLETIVA
(MATERIAL E PROCESSUAL)....................................................................................... 247
1. Regime jurídico da prescrição e da decadência dos direitos coletivos lato sensu ............ 247
1.1. Generalidades........................................................................................................ 247
1.2. Classificação dos Direitos Subjetivos: Direitos-Prestação, Direitos-Poder e Direitos-Dever .................. 249
1.3. Classificação das Ações ...................................................................................... 251
1.4. A imprescritibilidade das ações coletivas............................................................ 252
1.5. Prescritibilidade das ações coletivas...................................................................... 254
1.6. Contagem e fluência do prazo............................................................................. 257
1.7. Momento da fluência e aplicação subsidiária do CDC; início flexível.................. 258
1.8. Momento da flêuência: danos permanentes e continuados.................................. 264
1.9. A propostura de uma ação coletiva interrompe o prazo prescricional para a ação individual? ...... 265
6. Consideração final

3. Exemplos de ações coletivas passivas

2. Conceito e classificação das ações coletivas passivas. As situações jurídicas

5. Consideração final
BIBLIOGRAFIA................................................................................................................................ 393

| ANEXOS |

Anexo I
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COLETIVO:
UM MODELO PARA PAÍSES DE DIREITO ESCRITO....................................................... 415

Anexo II
ANTEPROJETO DE CÓDIGO MODELO
DE PROCESSOS COLETIVOS PARA IBERO-AMÉRICA ..................................................... 427

Anexo III
ANTEPROJETO DE CÓDIGO BRASILEIRO
DE PROCESSOS COLETIVOS: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS .............................................. 435

Anexo IV
ANTEPROJETO DE CÓDIGO BRASILEIRO DE PROCESSOS COLETIVOS:
O ANTEPROJETO ELABORADO NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS
DE PÔS-GRADUAÇÃO DA UERJ E UNESA.................................................................. 453

Anexo V
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL N° 282, DE 2012............................................. 469
Curso de Direito
PROCESSUAL CIVIL
Execução
2019
www.editorajuspodivm.com.br
Sumário

Nota dos autores à 9ª edição ......................................................................................................................................... 31
Nota dos autores à 7ª edição ........................................................................................................................................ 33
Prefácio .................................................................................................................................................................................... 37

PARTE I – TEORIA DA EXECUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PARTE GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo 1 ▶ Introdução ao estudo da execução civil...................................................... 43
1. Direitos a uma prestação e execução .................................................................................................................. 43
2. Direito potestativo e execução ............................................................................................................................ 44
3. Conceito de execução .............................................................................................................................................. 47
4. Execução, processo de execução e processo autônomo de execução ......................................................... 47
5. Execução imprópria .................................................................................................................................................. 49
6. Classificação da execução ................................................................................................................................. 50
   6.1. Execução comum e execução especial .............................................................................................. 50
   6.2. Execução judicial e execução extrajudicial ...................................................................................... 51
   6.3. Execução fundada em título judicial ("cumprimento de sentença") e execução fundada em título extrajudicial ............................................................................................................. 51
   6.4. Execução direta e execução indireta .................................................................................................. 52
   6.5. Cumprimento definitivo e provisório de sentença ........................................................................ 58
7. Cognição, mérito e coisa julgada na execução ............................................................................................. 60
   7.1. Cognição na execução ............................................................................................................................... 60
   7.2. Admissibilidade e mérito do procedimento executivo ........................................................................ 62
   7.3. Coisa julgada .................................................................................................................................................. 64

Capítulo 2 ▶ Normas fundamentais da tutela jurisdicional executiva .......... 67
1. Princípios da execução ........................................................................................................................................... 67
   1.1. Princípio da efetividade. Direito fundamental à tutela executiva ........................................... 67
   1.2. Princípios da tipicidade e atipicidade dos meios executivos ................................................. 69
   1.3. Princípio da boa-fé processual ........................................................................................................... 70
   1.4. Princípio da responsabilidade patrimonial ou de que "toda execução é real" .................. 70
1.5. Princípio da primazia da tutela específica ou princípio da maior coincidência possível ou princípio do resultado ..................................................................................................................... 73
1.6. Princípio do contraditório ..................................................................................................................................................................................................... 78
1.7. Princípio da menor onerosidade da execução ......................................................................................................................... 80
1.8. Princípio da cooperação .............................................................................................................................................................................. 83
1.9. Proporcionalidade ............................................................................................................................................................................................ 84
1.10. Princípio da adequação .............................................................................................................................................................................. 86
1.11. Autorregramento da vontade na execução. Os negócios processuais em execução ........................................ 87
2. Regras fundamentais do processo de execução ........................................................................................ 88
2.1. Regra de que não há execução sem título (nulla executio sine titulo) ........................................................... 88
2.2. Disponibilidade da execução (art. 775, CPC) ................................................................ 89
2.3. Responsabilidade objetiva do exequente (arts. 520, I e 776, CPC) ...................................................... 90
2.4. Aplicação integrada das regras relativas à execução e aplicação subsidiária das regras do processo de conhecimento (arts. 513 e 771, CPC) ........................................................... 93
2.4.1. Aplicação subsidiária ao cumprimento de sentença .................................................................................. 93
2.4.2. Aplicação subsidiária aos procedimentos especiais de execução ..................................................... 94
2.4.3. Aplicação subsidiária aos efeitos de atos e fatos processuais a que a lei atribuir força executiva .................................................................................................................................................. 94
2.4.4. Aplicação subsidiária do Livro I, Parte Especial, à execução ...................................................... 97

Capítulo 3 ▶ Tipicidade e atipicidade dos meios executivos .................................................................. 101
1. Introdução .............................................................................................................................................................................................................. 101
2. A atipicidade dos meios executivos no direito processual civil brasileiro (arts. 139, IV, e 536, § 1º, CPC): harmonização e standards para a compreensão do tema .......... 103
2.1. Introdução: os arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC .................................................................................................................. 103
2.2. Cláusulas gerais processuais executivas ................................................................................................................................. 104
2.3. Âmbito de incidência dos comandos normativos ............................................................................... 106
2.4. Abrangência subjetiva dos comandos normativos ....................................................................................... 110
2.5. Critérios para fixação da medida executiva atípica: observância dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade, da proibição de excesso e dos princípios da eficiência e da menor onerosidade da execução ........................................ 112
2.6. O papel da fundamentação no controle das medidas executivas atípicas e a observância do contraditório .................................................................................................................................................. 121
2.7. A não adstritação da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva atípica a ser imposta e possibilidade de determinação de ofício ................................................................................ 121
2.8. A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária ................................................................................................................................................ 124
2.9. Proibição de o juiz impor, ex officio, como medida executiva atípica, providência para a qual a lei, tipicamente, exige provocação da parte ................................................................ 126
2.10. Proibição de o juiz impor, como medida executiva atípica, medida executiva típica regulada pela lei de outro modo ................................................................................................................ 127
SUMÁRIO

2.11. A multa como medida atípica na execução por quantia e a possibilidade de aplicação direta das medidas executivas atípicas, na execução por quantia, para o cumprimento de deveres processuais .................................................. 127
2.12. A prisão civil como medida atípica ......................................................................................................................... 129
2.13. A medida atípica determinada não pode constituir-se em um ilícito (civil, penal, internacional etc.). O caso da privação de sono ...... 135
2.14. Fundamento normativo para a execução das decisões estruturais ................................................................. 136
2.15. Negócio processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador .................................................. 140
2.16. Possibilidade de aplicação do princípio no âmbito do processo penal – o art. 3º do CPP e o caso WhatsApp ................. 143
3. Síntese das diretrizes (standards) para concretização do princípio da atipicidade das medidas executivas ................................................. 144

Capítulo 4 ▶ Formação do processo de execução ........................................................................................................ 147
1. Considerações iniciais ....................................................................................................................................................... 147
2. A demanda executiva ...................................................................................................................................................... 148
   2.1. Noções de demanda e de demanda executiva ........................................................................................................... 148
   2.2. Elementos objetivos da demanda executiva ................................................................................................................ 149
      2.2.1. Causa de pedir ...................................................................................................................................................... 150
      2.2.2. Pedido ............................................................................................................................................................... 150
   2.3. A demanda executiva fundada em obrigação alternativa (art. 800, CPC) .................................................................. 153
   2.4. Cumulação de demandas (art. 780, CPC) .................................................................................................................. 159
3. Petição inicial ............................................................................................................................................................... 164
   3.1. Introdução ............................................................................................................................................................... 164
   3.2. Requisitos de validade .............................................................................................................................................. 165
      3.2.1. Requisitos gerais ............................................................................................................................................... 165
      3.2.2. Documentos indispensáveis .......................................................................................................................... 167
   3.3. Requerimento de intimação de terceiros (art. 799, CPC) ......................................................................................... 168
      3.3.1. Generalidades ................................................................................................................................................... 168
      3.3.2. Intimação do credor com garantia real ou do credor fiduciário ................................................................. 170
      3.3.3. Intimação do titular de direito real de uso, usufruto ou habitação .......................................................... 172
      3.3.4. Intimação dos sujeitos do contrato de promessa de compra e venda ou de promessa de cessão .......... 172
      3.3.5. Intimação nos casos de enfiteuse, superfície, direito real de uso e direito real de uso especial para fins de moradia ...... 173
      3.3.6. Intimação nos casos de direito real de laje (arts. 1.225, XIII e 1.510-A e seguintes, Código Civil) ............. 175
      3.3.7. Intimação nos casos de condomínio em multipropriedade (art. 1.358-B e seguintes, Código Civil) ............ 177
### 3.3.8. Intimação da sociedade empresária no caso de penhora de quotas sociais ou de ação de sociedade anônima fechada

3.3.9. Intimação de outro credor penhorante

3.3.10. Intimação do coproprietário do bem imóvel indivisível

3.3.11. Intimação de ente público em caso de penhora de bem tombado

3.3.12. Intimação do locatário do imóvel rural objeto de parceria ou arrendamento

3.3.13. O caso do bem gravado com servidão

3.3.14. O possuidor conhecido do bem penhorado

3.3.15. Quadro esquemático

3.4. Outros requerimentos e providências

3.5. Controle e emenda da petição inicial

### 4. Efeitos da litispendência executiva

4.1. Direito conferido ao exequente de averbação da pendência da execução nos registros de bens do devedor

4.2. Interrupção da prescrição

4.3. Prevenção

4.4. Litispendência

4.5. Litigiosidade do objeto

4.6. Indisponibilidade patrimonial relativa

4.7. Direito potestativo do executado ao parcelamento da dívida exequenda

### 5. Requisitos gerais para a deflagração do procedimento executivo

5.1. Introdução

5.2. Título executivo

5.3. Afirmação do inadimplemento (arts. 786 a 788, CPC)

5.3.1. Conceito de inadimplemento e classificação

5.3.2. Inadimplemento e interesse de agir

5.3.3. Inadimplemento e exigibilidade

5.3.4. Inadimplemento e a existência de deveres recíprocos (art. 787, CPC)

5.3.4.1. A exceção substancial e a exceção de inadimplemento

5.3.4.2. Crítica ao art. 787 do CPC

5.3.4.3. As posturas que o executado pode adotar

5.3.4.4. A consequência do acolhimento da exceção de inadimplemento

5.3.4.5. A imputação das despesas decorrentes da sucumbência

5.3.4.6. A prescrição da pretensão que enseja a exceção de inadimplemento

5.3.5. Inadimplemento e os deveres sujeitos a condição ou termo

5.3.6. Boa-fé, adimplemento substancial (inadimplemento mínimo) e execução
Capítulo 5 ▶ **Liquidação de sentença** ................................................................. 223

1. A decisão líquida ............................................................................................. 223
2. Conceito de liquidação .................................................................................. 224
3. Liquidação de título judicial: terminologia ................................................. 226
4. Modelos processuais de liquidação: fase de liquidação, processo autônomo de liquidação e liquidação incidental ............................................................. 227
   4.1. Introdução .................................................................................................. 227
   4.2. A fase de liquidação (ou liquidação-fase) .................................................. 228
   4.3. O processo de liquidação .......................................................................... 229
   4.4. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente) ...................................... 230
5. Legitimidade para requerer a liquidação .................................................... 232
6. Competência para conhecer e julgar a liquidação ........................................ 232
7. Liquidação da sentença arbitral ..................................................................... 233
8. Momento para requerer a liquidação ............................................................. 234
   8.1. Liquidação de decisão ainda pendente de recurso ..................................... 234
   8.2. Liquidação de decisão que contém parte líquida e outra ilíquida ................ 236
   8.3. Liquidação da decisão que resolve parcialmente o mérito ...................... 236
9. Prescrição e liquidação .................................................................................. 237
10. A cognição na liquidação .............................................................................. 238
    10.1. A regra da fidelidade ao título ............................................................... 238
    10.2. A matéria de defesa na liquidação ...................................................... 239
11. Espécies de liquidação .................................................................................. 240
    11.1. Introdução .............................................................................................. 240
    11.2. A liquidação por arbitramento ............................................................... 241
    11.3. A liquidação pelo procedimento comum ............................................... 246
12. Liquidação com “dano zero” (sem resultado positivo) e o non liquet .......... 250
13. A liquidação contra a fazenda pública ........................................................ 256
14. Decisão e recurso na liquidação de sentença .............................................. 257
15. Liquidação de sentença e verbas de sucumbência ...................................... 259

Capítulo 6 ▶ **Título executivo** ......................................................................... 261

1. A necessidade e a importância do título executivo na execução .................. 261
2. Conceito e natureza jurídica do título executivo .......................................... 262
3. A taxatividade dos títulos executivos ......................................................... 266
4. Atributos da obrigação representada no título executivo .......................... 268
5. Rol de títulos executivos judiciais ................................................................. 271
   5.1. Considerações gerais ............................................................................... 271
5.2. Decisão que reconhece a existência de obrigação .......................................................... 271
5.2.1. Generalidades .................................................................................................................. 271
5.2.2. Decisão declaratória como título executivo ................................................................. 272
5.2.3. Decisão constitutiva como título executivo ................................................................. 275
5.3. Decisão que homologar autocomposição judicial .............................................................. 279
5.4. Decisão homologatória de acordo extrajudicial de qualquer natureza ............................ 280
5.5. Formal e certidão de partilha ............................................................................................. 281
5.6. Decisão judicial que aprova crédito de auxiliar da justiça ............................................... 282
5.7. Sentença penal condenatória transitada em Julgado ....................................................... 283
5.7.1. Generalidades .................................................................................................................. 283
5.7.2. Os problemas da regra que impõe a fixação do valor mínimo da indenização na sentença penal condenatória ................................................................. 284
5.8. Sentença arbitral .................................................................................................................. 290
5.8.1. Generalidades .................................................................................................................. 290
5.8.2. O Tribunal Marítimo como tribunal arbitral. O veto ao inciso X do art. 515 do CPC ................................................................................................................................. 291
5.9. Decisão estrangeira homologada pelo STJ ........................................................................ 292
5.10. Decisão interlocutória estrangeira, após concessão de exequatur à carta rogatória pelo STJ ........................................................................................................................................ 293
6. Títulos executivos extrajudiciais ............................................................................................. 293
6.1. Considerações gerais .......................................................................................................... 293
6.2. Títulos de crédito .................................................................................................................. 293
6.2.1. Generalidades .................................................................................................................. 293
6.2.2. Letra de câmbio ............................................................................................................... 296
6.2.3. Nota promissória ............................................................................................................. 297
6.2.4. Duplicata ......................................................................................................................... 297
6.2.5. Debênture ....................................................................................................................... 299
6.2.6. Cheque ........................................................................................................................... 300
6.3. Escritura pública ou qualquer documento público assinado pelo devedor .................... 301
6.4. Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas ........................... 302
6.5. Transação referendada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado no tribunal ........................................................................................................ 304
6.6. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia ................................................................................................................................. 305
6.7. Contratos garantidos por caução ....................................................................................... 306
6.8. Contratos de seguro de vida em caso de morte ................................................................ 307
6.9. O crédito decorrente de foro e laudêmio .......................................................................... 308
6.10. O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios ........................................................................................................ 309
6.11. A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública ........................................................................... 311
6.12. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio
edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral,
desde que documentalmente comprovadas ...................................................................................... 313
6.13. A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de
emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas
tabelas estabelecidas em lei ................................................................................................................. 313
6.15. Negócios processuais e título executivo extrajudicial .................................................................... 317
6.16. Ação de conhecimento proposta por quem tenha título executivo ..................................................... 319
6.17. Título executivo estrangeiro .................................................................................................................. 319

Capítulo 7 ▶ Partes........................................................................................................................................ 323
1. Legitimação ativa .................................................................................................................................... 323
2. Legitimação passiva .................................................................................................................................... 328
3. Litisconsórcio na execução ............................................................................................................................ 330
4. Intervenção de terceiro na execução ............................................................................................................. 333
   4.1. Intervenções de terceiro previstas na Parte Geral .................................................................................. 333
   4.2. Intervenções de terceiro típicas do processo de execução ...................................................................... 335

Capítulo 8 ▶ Responsabilidade patrimonial .............................................................................................. 337
1. Considerações iniciais ................................................................................................................................. 337
2. Obrigações e responsabilidade ................................................................................................................... 338
   2.1. Visão dualista .......................................................................................................................................... 338
   2.2. Visão unitarista ........................................................................................................................................ 341
   2.3. Visão adotada .......................................................................................................................................... 346
3. Responsabilidade primária (arts. 789 e 790, I, III, V, VI e VII, CPC) ......................................................... 347
   3.1. Generalidades .......................................................................................................................................... 347
   3.2. Bens do devedor, inclusive em poder de terceiro (arts. 789 e 790, III, CPC) .......................................... 349
   3.3. Bens do sucessor a título singular (art. 789 e 790, I, CPC) .................................................................. 352
   3.4. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução ou contra credores
(art. 790, V e VI, CPC) ................................................................................................................................. 355
4. Responsabilidade secundária ....................................................................................................................... 355
   4.1. Bens do cônjuge ou companheiro .......................................................................................................... 355
      4.1.1. Consideração introdutória ................................................................................................................ 355
      4.1.2. Dos bens da quota-parte (comunicáveis) ....................................................................................... 356
      4.1.3. Dos bens próprios ou particulares ................................................................................................ 361
      4.1.4. Da penhora de bens do cônjuge. Mecanismo de defesa .................................................................. 363
4.2. Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, e art. 795, CPC) ................................................. 364
4.3. Desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais ........................................ 370
5. Responsabilidade patrimonial do fiador (art. 794, CPC) ................................................................... 372
6. Responsabilidade patrimonial do espólio e dos herdeiros (art. 796 do CPC) ........................................ 374
7. Bens objeto de direito de retenção (art. 793 do CPC) ............................................................................. 377
8. Bem objeto de direito de superfície, enfiteuse ou concessão de direito real de uso (art. 791, CPC). A questão do direito real de laje ................................................................................................ 378
9. Responsabilidade patrimonial do incapaz ................................................................................................. 382

Capítulo 9 ▶ Fraude contra credores, fraude à execução e atos atentatórios à dignidade da justiça ................. 385

1. O princípio da boa-fé na execução .................................................................................................................. 385
2. Noções iniciais sobre a fraude na execução .................................................................................................. 386
3. Fraude contra credores ........................................................................................................................................... 387
4. Fraude à execução ............................................................................................................................................. 394
4.1. Generalidades .............................................................................................................................................. 394
4.2. Pressupostos ................................................................................................................................................. 397
4.2.1. Alienação ou oneração na pendência de ação fundada em direito real ou pretensão reipersecutória (art. 792, I, CPC) ........................................................................................................ 397
4.2.2. Alienação ou oneração na pendência de ação pessoal que verse sobre obrigação pecuniária .......... 399
4.2.2.1. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (art. 792, IV, CPC) ................................................................................................................................................................. 399
4.2.2.2. Existência de averbação de processo de execução (ou cumprimento de sentença) no registro do bem alienado/onerado (art. 792, II, CPC) ......................................................................................... 405
4.2.2.3. Existência de averbação, no registro do bem alienado/onerado, de hipoteca judiciária ou constrição judicial originária do processo em que se arguiu a fraude (art. 792, I, CPC) ................. 407
4.2.2.4. Outros casos de fraude à execução ........................................................................................................ 410
4.3. Pressuposto subjetivo: scientia fraudis pelo terceiro adquirente ............................................................... 410
4.3.1. Nota introdutória ............................................................................................................................................ 410
4.3.2. Regra para as ações reais e rei persecutórias (art. 792, I, CPC) ......................................................... 410
4.3.3. Regra para as ações pessoais sobre obrigação pecuniária (art. 792, I, IV, CPC) ................................ 413
5. Quadro comparativo ......................................................................................................................................... 417
6. Averbação no registro público do imóvel da pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (arts. 54, IV, e 56 da Lei 13.097/2015) .................................................................................. 418
7. Averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC) .................................................. 422
8. Averbação da certidão de dívida ativa (art. 20-b, Lei 10.522/2002) ............................................................... 423
9. Atos atentatórios à dignidade da justiça ........................................................................................................ 424
9.1. Considerações prévias: os poderes do juiz na execução (arts. 772-774, CPC) 424
9.2. Contempt of court na execução 428
9.2.1. Generalidades 428
9.2.2. Hipóteses legais 430
9.2.3. Ilícito não-danoso 434
9.2.4. Desnecessidade de demonstração do elemento subjetivo. O caso do art. 774, II, CPC 434
9.2.5. A punição 435

Capítulo 10 > Honorários de advogado no cumprimento de sentença e na execução fundada em título extrajudicial 437
1. Generalidades 437
2. Honorários no cumprimento da sentença 438
2.1. Honorários no cumprimento definitivo da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa 438
2.2. Honorários no cumprimento provisório da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa 439
2.3. Honorários no acolhimento e na rejeição da impugnação 440
2.4. Honorários no cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública 442
2.5. Honorários no cumprimento da sentença que impõe obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa 445
3. Honorários na execução fundada em título extrajudicial 446
3.1. Regras gerais 446
3.2. Honorários na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública 447
3.3. Honorários na execução fiscal 448
4. Honorários no âmbito recursal 452

Capítulo 11 > Suspensão da execução 455
1. O curso do processo e seus momentos de crise 455
2. Suspensão da execução 456
3. Causas de suspensão da execução 457
3.1. Hipóteses dos art. 313 e 315, CPC. O problema da suspensão convencional do processo de execução 457
3.2. Embargos à execução 458
3.3. Falta de bens penhoráveis 458
3.4. Ausência de licitantes na alienação judicial 460
3.5. Direito ao parcelamento, na execução fundada em título extrajudicial 461
4. Falência, recuperação judicial e suspensão da execução 461
5. Ação rescisória e suspensão do cumprimento de sentença 461
Capítulo 12 > Extinção da execução ......................................................... 463
1. Generalidades ........................................................................................................ 463
2. Indeferimento da petição inicial ........................................................................ 464
3. Satisfação da obrigação ......................................................................................... 464
4. Outras causas de extinção da obrigação .............................................................. 465
5. Prescrição, intercorrente ou não ........................................................................... 465
6. Extinção da execução sem análise do mérito ....................................................... 467

PARTE II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo 13 > Cumprimento da sentença – disposições gerais ..................... 473
1. O cumprimento de sentença: noções gerais ...................................................... 473
2. Comunicação do executado para o cumprimento de sentença ....................... 475
3. Prazo para o cumprimento da sentença .............................................................. 478
4. Agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas em cumprimento de sentença (art. 1.015, par. ún., CPC) ................................................. 479
5. Inclusão do nome do executado em cadastro de proteção de crédito ............... 481

Capítulo 14 > Competência no cumprimento de sentença.............................. 483
1. Generalidades ......................................................................................................... 483
2. Competência para a execução de decisões de tribunal, em causas de sua competência originária ............................................................. 483
3. Competência para a execução da sentença ......................................................... 486
   3.1. Regra geral .......................................................................................................... 486
   3.2. O parágrafo único do art. 516: as opções do exequente. O problema da perpetuação da jurisdição ................................................................. 487
   3.3. A execução da sentença de alimentos e a mudança de domicílio do alimentando ... 490
   3.4. Exclusão do ente federal da condenação e competência da Justiça Federal .......... 491
   3.5. Julgado estadual com competência federal e criação de vara federal na comarca .... 492
4. Competência para a execução de sentença arbitral ........................................... 493
5. Competência para a execução de sentença estrangeira ..................................... 494
6. Competência para a execução de sentença penal condenatória transitada em julgado .... 495
7. Referência, no inciso III do art. 516 do CPC, a decisões do Tribunal Marítimo ...... 496
8. Competência para a execução universal (falência e insolvência civil) ............. 497
9. Competência para a execução individual de sentença coletiva ....................... 499
10. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução ... 499
Capítulo 15 ▶ Cumprimento provisório ......................................................... 503
1. Consideração introdutória ........................................................................ 503
2. Fundamentos ............................................................................................ 503
3. Cabimento .................................................................................................. 504
4. Regime jurídico do cumprimento provisório (arts. 520-522, CPC) .............. 506
   4.1. Generalidades ..................................................................................... 506
   4.2. Requerimento do exequente ............................................................... 507
   4.3. A incidência da multa do art. 523, § 1º, CPC ....................................... 509
   4.4. Impugnação do executado ................................................................. 512
   4.5. Autuação separada ............................................................................ 513
   4.6. Reforma ou anulação do título: retorno ao estado anterior .................. 514
   4.7. Responsabilidade objetiva do exequente ............................................. 516
   4.8. Caução .............................................................................................. 518

Capítulo 16 ▶ Cumprimento de sentença para pagamento de quantia ...... 525
1. Generalidades .......................................................................................... 525
2. Fase inicial do cumprimento de sentença e a multa legal pelo inadimplemento .......................................................... 526
3. A petição de instauração do cumprimento de sentença para pagamento de quantia .......................................................... 531
4. Incidente de apuração do valor do crédito ................................................ 533
   4.1. Controle do valor exequendo pelo juiz ................................................ 533
   4.2. Incidente de apuração quando o cálculo depende de dados ou documentos em poder do devedor ou de terceiro .......... 535
5. Cumprimento espontâneo da obrigação antes da intimação (art. 526, CPC) ........ 539
6. A impugnação ao cumprimento da sentença ............................................. 543
   6.1. Noção e natureza jurídica ................................................................. 543
   6.2. A fase de execução da sentença como procedimento de cognição limitada e exauriente secundum eventum defensionis .......... 544
   6.3. Prazo, dispensa de prévia garantia do juízo e preclusão temporal ........ 545
   6.4. Alegação de fato superveniente (art. 525, § 11, CPC) ......................... 547
   6.5. A impugnação e a "exceção de pré-executividade" no cumprimento de sentença. O art. 518 do CPC .......................... 547
   6.6. Conteúdo .......................................................................................... 550
   6.6.1. Observação inicial ............................................................................ 550
   6.6.2. Falta ou nulidade da citação, se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I) .............................. 551
   6.6.3. Illegitimidade das partes (art. 525, § 1º, II, CPC) .......................... 552
   6.6.4. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, CPC) ......................................................... 553
6.6.5. Inexigibilidade da decisão fundada em lei, ato normativo ou interpretação tidos pelo STF como inconstitucional (art. 525, §§ 12-14, CPC) .......... 554
6.6.5.1. Generalidades ................................................................. 554
6.6.5.2. Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF .................................................................................. 557
6.6.5.3. Direito transitório ............................................................... 557
6.6.6. Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1º, IV) .................. 559
6.6.7. Excesso de execução (art. 525, § 1º, V, fine, CPC) ........................................ 559
6.6.8. Cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1º, V, fine, CPC) .............. 561
6.6.9. Incompetência absoluta e relativa (art. 525, § 1º, VI, CPC) .................. 562
6.6.10. Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 525, § 1º, VII, CPC) ........................................... 563
6.6.11. A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral ................................. 564
6.7. Desistência da execução e consentimento do executado ................................. 565
6.8. Efeito suspensivo da impugnação .............................................................. 565
6.9. Réplica ....................................................................................... 567
6.10. Julgamento e coisa julgada ......................................................................... 567
7. As peculiaridades relativas ao processo autônomo de execução por quantia fundada em título judicial (art. 515, § 1º, CPC) ........................................ 568
8. A possibilidade averbação do cumprimento de sentença arbitral ................................. 569
9. Protesto de sentença ..................................................................................... 569

Capítulo 17 ▶ Introdução à execução específica das obrigações de fazer, de não fazer e de entregar coisa distinta de dinheiro ........... 575
1. A tutela jurisdicional ..................................................................................... 575
1.1. Acepções ......................................................................................... 575
1.2. A tutela jurisdicional diferenciada .......................................................... 576
1.3. Espécies de tutela jurisdicional ............................................................... 579
1.3.1. Definitiva e provisória ............................................................... 579
1.3.2. Repressiva (reparatória ou sancionatória) e preventiva ....................... 579
1.3.3. Genérica (pelo equivalente em dinheiro) e específica .......................... 579
1.4. Classificação da tutela específica ........................................................... 581
1.4.1. A distinção entre ilícito e dano ....................................................... 581
1.4.2. A tutela inibitória ........................................................................ 584
1.4.3. A tutela reintegratória (remoção do ilícito) ........................................ 586
1.4.4. A tutela ressarcitória .................................................................... 589
Capítulo 18 ▶ Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer .......... 591

1. Introdução ....................................................................................................................... 591
2. Abrangência do art. 497 do CPC .................................................................................. 592
3. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer e a obtenção do resultado prático equivalente ................................................................................................................. 595
4. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC) ................................. 598
   4.1. Introdução: a tutela específica como direito do credor ............................................. 598
   4.2. A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites ....................... 599
   4.3. A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica ou do resultado prático equivalente ................................................................................................................... 601
   4.4. A conversão compulsória e o princípio da menor onerosidade da execução ......... 605
   4.5. Procedimento da conversão em perdas e danos ..................................................... 606
       4.5.1. Momento da conversão ..................................................................................... 606
       4.5.2. Incidente cognitivo para apuração das perdas e danos ................................... 608
5. As técnicas processuais adequadas à tutela das prestações de fazer e de não fazer .......... 609
   5.1. Introdução ............................................................................................................... 609
   5.2. As técnicas de execução direta (ou por sub-rogação) e de execução indireta .......... 610
   5.3. A atipicidade dos meios executivos e o poder geral de efetivação (art. 536, § 1º, e art. 139, IV, CPC) ................................................................................................................................. 610
   5.4. A não adstritação da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva a ser imposta ................................................................................................................................. 613
   5.5. A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária ................................................................. 614
6. Aplicabilidade das medidas executivas à tutela provisória das prestações de fazer e de não fazer ....................................................................................................................... 615
7. O controle jurisdicional do prazo estipulado para cumprimento e da medida executiva imposta ............................................................................................. 616
8. A multa coercitiva ......................................................................................................... 617
   8.1. Natureza jurídica e beneficiário .............................................................................. 617
   8.2. Critérios para fixação e alteração do prazo para cumprimento, do valor e da periodicidade da multa ................................................................. 620
       8.2.1. Prazo para cumprimento voluntário da ordem .................................................. 620
       8.2.2. Fixação do valor e da periodicidade da multa .................................................... 621
       8.2.3. Alteração do valor e da periodicidade da multa ................................................ 626
   8.3. Revisão do montante acumulado a título de multa coercitiva .................................. 628
   8.4. Dever do credor de mitigar o próprio prejuízo ("duty to mitigate the loss") e o princípio da boa-fé processual: possibilidade de supressão ......................................................... 632
   8.5. Destinatário da multa ............................................................................................. 636
   8.6. Imposição da multa à Fazenda Pública ................................................................... 639
   8.7. Possibilidade de cumulação com a multa por contempt of court (art. 77, § 2º, CPC) . 640
8.8. Possibilidade de cumulação com a multa por litigância de má-fé (art. 81, CPC) .............. 644
8.9. Possibilidade de cumulação com a prisão por crime de desobediência .................................. 644
8.10. Execução da multa: forma, momento de exigibilidade e vinculação ao resultado final do processo ............................................. 646
9. A utilização da prisão civil como medida coercitiva atípica ................................................ 649
10. A intervenção judicial na empresa como medida coercitiva atípica ....................................... 649
11. Procedimento .............................................................................................................................................. 650
   11.1. A execução como fase do procedimento .............................................................................. 650
   11.2. A intimação da decisão e a intimação para cumprimento da decisão ........................................... 651
   11.3. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário ................................................................. 652
   11.4. A medida executiva e sua incidência ......................................................................................... 655
   11.5. A defesa do devedor durante a fase de cumprimento ............................................................ 657
12. Cumprimento das obrigações de emitir declaração de vontade (art. 501, CPC) ....................... 659

Capítulo 19 ▶ Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa ................................................................................................................. 663
1. Introdução ......................................................................................................................................................... 663
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa ................................................. 664
3. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC) ................................................................. 664
   3.1. Regra geral ..................................................................................................................................................... 664
   3.2. A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites .............................................. 665
   3.3. A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica ............................. 666
   3.4. Deterioração ou perda da coisa e possibilidade de conversão em perdas e danos ................... 667
      3.4.1. Introdução ............................................................................................................................................. 667
      3.4.2. Obrigação de dar ou de restituir coisa certa ....................................................................................... 667
      3.4.3. Obrigação de entregar coisa incerta .................................................................................................... 670
      3.4.4. Obrigação de entregar a coisa nos casos em que se discute posse ............................................. 671
   3.5. Momento da conversão em perdas e danos ....................................................................................... 671
   3.6. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos .............................. 672
4. Procedimento ....................................................................................................................................................... 674
   4.1. Introdução ..................................................................................................................................................... 674
   4.2. Deflagração a requerimento ou de ofício ............................................................................................. 674
   4.3. Fase inicial e fase de execução forçada .............................................................................................. 674
   4.4. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário ............................................................................. 674
   4.5. Fase de execução forçada: a medida executiva e sua incidência ................................................ 676
   4.6. Aplicabilidade à tutela provisória das prestações de entregar coisa ........................................... 677
5. A defesa do executado ....................................................................................................................................... 678
   5.1. Momento, forma e conteúdo ................................................................................................................... 678
SUMÁRIO

5.2. Impossibilidade de alegar, na fase de execução, direito de retenção por benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos ......... 678

6. Incidente de individualização da coisa a ser entregue (art. 498, par. ún., e arts. 811-812, CPC) ..... 681

7. A efetivação da decisão nos casos em que houve alienação da coisa litigiosa para terceiro.686

Capítulo 20 ▶ Cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública...... 689

1. Regime jurídico .......................................................................................................................................................... 689

2. cumprimento de sentença em face da fazenda pública .......................................................................................... 691

3. A defesa da Fazenda Pública no cumprimento de sentença: a impugnação ............................................................. 694

4. Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública ........................................................................... 697

5. Os créditos de natureza alimentícia ......................................................................................................................... 697

6. Natureza jurídica da atividade do presidente do tribunal no precatório ................................................................. 700

7. Atualização monetária e juros no pagamento do precatório ..................................................................................... 702

8. Sequestro: natureza e objeto ...................................................................................................................................... 705

9. Intervenção federal e estadual .................................................................................................................................... 707

10. Casos de dispensa de precatório ............................................................................................................................ 708

11. Os precatórios e a prioridade de tramitação de processos para idosos, para portadores de doença grave e para pessoas com deficiência ............................................................................................................... 712

12. Utilização de crédito de precatório para compra de imóveis públicos ................................................................. 716

13. Parcelamento e financiamento de precatórios ........................................................................................................ 717

14. Cessão de crédito inscrito em precatório .................................................................................................................. 720

15. Abatimento, a título de compensação, no valor do precatório de débitos para com a correspondente Fazenda Pública. A inconstitucionalidade reconhecida pelo supremo tribunal federal ........................................................................................................................................... 721


17. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 94/2016 ........................................................................................................................................... 725

18. Regime especial para pagamento de créditos de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 99/2017 ....................................................................................................................... 728

19. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a Fazenda Pública................................. 731

Capítulo 21 ▶ Cumprimento de sentença para pagamento de prestação alimentícia ........................................................... 733

1. Panorama sobre as espécies de alimentos ................................................................................................................... 733

1.1. Noções iniciais .......................................................................................................................................................... 733

1.2. Classificação ........................................................................................................................................................... 734

1.2.1. Quanto à origem .................................................................................................................................................... 734
PARTE III – EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL PARA PAGAMENTO DE QUANTIA

Capítulo 22 ➤ Competência na execução fundada em título extrajudicial

1. Generalidades ................................................................................................................................. 759
2. Competência da autoridade judiciária brasileira ......................................................................... 759
3. Competência interna para execução ........................................................................................... 761
4. Competência territorial .................................................................................................................. 762
5. Execução hipotecária ..................................................................................................................... 765
6. Competência para execução fiscal ............................................................................................. 765
7. Pluralidade de executados com domicílios diferentes ................................................................ 766
8. Opção entre o foro de eleição, o do domicílio do executado ou o da situação dos bens ............. 766
9. Títulos de crédito emitidos no exterior .......................................................................................... 767
10. Conexão entre execuções fundadas no mesmo título executivo e conexão entre execução e ação de conhecimento .......................................................................................................... 768
11. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução ............ 768

Capítulo 23 ➤ Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial: fase inicial e defesa do executado

1. Considerações iniciais ..................................................................................................................... 771
2. Atos iniciais da execução por quantia fundada em título extrajudicial ....................................... 772
2.1. Fase inicial do procedimento executivo ........................................ 772
2.1.1. Demanda executiva e controle judicial .................................... 772
2.1.2. A averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC) ........................................... 773
2.1.3. Citação na execução ................................................................................................................................. 774
2.1.4. Prazo para cumprimento voluntário ......................................................... 775
2.1.5. Posturas do executado após a citação ......................................................... 776
2.1.6. A pré-penhora ou arresto executivo (art. 830, CPC) ......................... 777
2.2. Segunda fase: a execução forçada ......................................................... 781
2.3. Incidente de desconhecimento da personalidade jurídica (art. 133 e seguintes, CPC) ......................... 782
3. A defesa do executado ............................................................................ 783
3.1. Introdução ............................................................................................ 783
3.2. Embargos à execução ............................................................................ 784
3.2.1. Noção e natureza jurídica ................................................................. 784
3.2.2. Valor da causa .................................................................................. 787
3.2.3. Prazo para ajuizamento dos embargos .............................................. 788
3.2.4. Competência para processamento e julgamento ................................. 791
3.2.5. Legitimidades ativa e passiva .............................................................. 793
3.2.6. Intervenção de terceiro ..................................................................... 795
3.2.7. Efeitos dos embargos ......................................................................... 796
3.2.8. Conteúdo dos embargos ..................................................................... 799
3.2.9. Arguição de impedimento e de suspeição (arts. 146 e 148, CPC) ....... 803
3.2.10. O requerimento de parcelamento do crédito (art. 916, CPC) e a proibição para oposição dos embargos .... 803
3.2.11. Procedimento ................................................................................. 808
3.2.12. Recursos ......................................................................................... 810
3.2.13. Honorários de sucumbência .......................................................... 812
3.2.14. Desistência da execução e consentimento do executado .................. 812
3.2.15. Julgamento e coisa julgada ............................................................... 813
3.2.16. Alegação de defesa fundada em fato superveniente ....................... 814
3.3. Exceção de pré-executividade .............................................................. 815
3.4. Ações autônomas (defesas heterotópicas) ............................................ 819

Capítulo 24 > Penhora ............................................................................. 825
1. Noções gerais ......................................................................................... 825
2. Funções ................................................................................................. 826
2.1. Individualização e apreensão do bem, Indicação de bens pelo exequente ou executado. O dever de auxílio jurisdicional .................. 826
2.2. Conservação do bem ........................................................................... 827
2.3. Direito de preferência ......................................................................... 828
3. Natureza jurídica .......................................................828
4. Efeitos ..................................................................................829
  4.1. Considerações iniciais .................................................829
  4.2. Materiais ...........................................................................830
    4.2.1. Alteração do título de posse do devedor ..............830
    4.2.2. Ineficácia relativa dos atos de disposição .............831
    4.2.3. Reflexos penais ......................................................832
  4.3. Processuais ......................................................................832
    4.3.1. Individualização dos bens .....................................832
    4.3.2. Conservação dos bens penhorados .....................833
    4.3.3. Efeito suspensivo à defesa do executado .......... 833
    4.3.4. Direito de preferência ..........................................833
5. Objeto da penhora .................................................................834
6. Impenhorabilidade ..............................................................834
  6.1. Generalidades. Impenhorabilidade absoluta e impenhorabilidade relativa. A impenhorabilidade como técnica de proteção a direitos fundamentais e de restrição ao direito fundamental do credor .................................................................834
  6.2. Natureza jurídica das regras de impenhorabilidade. Regime processual das questões sobre impenhorabilidade: disponibilidade, preclusão e conhecimento ex officio ..............................................................838
  6.3. Fundamentos da impenhorabilidade ..............................843
  6.4. Negócios processuais sobre a penhorabilidade .............845
  6.5. Hipóteses de impenhorabilidade ..................................846
    6.5.1. O benefícios competentes ....................................846
    6.5.2. Bens inalienáveis ..................................................847
    6.5.3. Bens declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução. O acordo de impenhorabilidade ..................................................................................................................................................848
    6.5.4. Os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida ..........850
    6.5.5. Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor .................................................................851
    6.5.6. Rendimentos de natureza alimentar ........................852
    6.5.7. Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão .................................................................856
    6.5.8. O seguro de vida .....................................................859
    6.5.9. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas .................................................................860
    6.5.10. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família .................................................................861
    6.5.11. Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social .................862
SUMÁRIO

6.5.12. Quantia depositada em caderneta de poupança (até o limite de quarenta salários mínimos) ................................................................. 863

6.5.13. Os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político ................................................................. 864

6.5.14. Bem imóvel de moradia ("bem de família") ........................................ 866

6.5.15. Ressalva geral às regras de impenhorabilidade (art. 833, § 1º, CPC) ...... 873

6.5.16. A impenhorabilidade sob condição ou penhorabilidade eventual. Os exemplos da penhora de frutos e rendimentos de bens inalienáveis (art. 834, CPC) e da execução de créditos com direito de retenção (art. 793, CPC) ou com garantia real (arts. 835, § 3º, CPC) ..................................................... 873

6.5.17. Impenhorabilidade do jus sepulchri, da sepultura e do sepulcro .......... 876

6.5.18. Penhora de bem dado em garantia real .............................................. 877

6.5.19. Impenhorabilidade de próteses ............................................................. 878

6.5.20. Penhora do saldo da conta vinculada do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) .......................................................... 879

7. Limites da penhora ...................................................................................... 881

8. Ordem preferencial de bens a penhorar. O enunciado 417 da súmula do STJ ................................................................. 882

9. Lugar e tempo da penhora ......................................................................... 885

10. Realização, formalização e intimação da penhora ...................................... 886

10.1. Apreensão. Auto e termo de penhora .................................................... 886

10.2. Ainda sobre o auto de penhora ............................................................. 887

10.3. Depósito .................................................................................................. 889

10.3.1. Noções gerais ..................................................................................... 889

10.3.2. Escolha do depositário ....................................................................... 890

10.3.3. Funções do depositário ...................................................................... 892

10.3.4. Remuneração do depositário ............................................................. 893

10.3.5. Prisão Civil do depositário infiel. O reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel. O silêncio do CPC sobre o tema .............................................................. 894

10.4. Intimação do executado ......................................................................... 895

10.5. Intimação de terceiros (art. 799, CPC) .................................................... 896

11. Penhora de imóvel .................................................................................... 897

12. Penhora de bem indivisível (art. 843, CPC) ............................................. 899

13. Incidentes da penhora .............................................................................. 899

13.1. Modificações da penhora: ampliação, redução e renovação da penhora ... 899

13.2. Substituição da penhora ....................................................................... 901

13.2.1. Nota introdutória ............................................................................. 901

13.2.2. Substituição por iniciativa de qualquer das partes (art. 848, CPC) .... 901

13.2.3. Substituição por iniciativa do executado (art. 847, CPC) ................. 904

14. Penhoras especiais .................................................................................. 906

14.1. Penhora on line de dinheiro em depósito ou aplicação financeira (art. 854, CPC) ................................................................. 906
14.2. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais (arts. 855-860, CPC) ........................................ 911
14.3. Penhoras de rendimentos de empresa, estabelecimento ou outros bens .............................................. 917
   14.3.1. Generalidades ........................................................................................................................................ 917
   14.3.2. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel (arts. 867-869, CPC) ..................................... 918
   14.3.3. Penhora de empresa e outros estabelecimentos (arts. 862-865, CPC) ................................................ 920
14.4. Penhora de percentual de faturamento (art. 866, CPC) ........................................................................ 922
14.5. Penhora de quotas sociais ou ações (art. 861, CPC) .............................................................................. 924

Capítulo 25 • Avaliação ................................................................................................................................. 927

Capítulo 26 • Adjudicação ........................................................................................................................... 931
   1. Considerações gerais ..................................................................................................................................... 931
   2. Procedimento ............................................................................................................................................. 932
   3. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da adjudicação ............................................................. 935
   4. Legitimidade para adjudicar .................................................................................................................... 936
   5. Concorrência entre os possíveis adjudicatários ...................................................................................... 939

Capítulo 27 • Alienação ............................................................................................................................... 941
   1. Conceito e natureza jurídica ...................................................................................................................... 941
   2. A alienação judicial por iniciativa particular ............................................................................................ 944
   3. Carta de alienação ..................................................................................................................................... 947
   4. Legitimidade para adquirir bem penhorado em alienação judicial (art. 890, CPC) ............................ 949
   5. Preço mínimo, condições de pagamento, garantias e preço vil .............................................................. 951
   6. A alienação por leilão judicial .................................................................................................................... 952
      6.1. O leilão e o leiloeiro ............................................................................................................................... 952
      6.2. O edital ................................................................................................................................................. 954
      6.3. Transferência do leilão .......................................................................................................................... 956
      6.4. Intimações prévias necessárias ............................................................................................................ 957
      6.5. Suspensão do leilão (art. 900, CPC) .................................................................................................... 960
      6.6. Conceito de arrematação ...................................................................................................................... 960
      6.7. Forma de pagamento, A possibilidade de pagamento parcelado ...................................................... 960
      6.8. Arrematação global (art. 893, CPC) ..................................................................................................... 962
      6.9. Transferência do leilão de imóveis de incapaz (art. 896, CPC) ....................................................... 962
      6.10. Ailenação de imóvel que permite cômoda divisão (art. 894, CPC) .................................................. 964
      6.11. Concurso de pretendentes ................................................................................................................ 964
      6.12. Encerramento do leilão (art. 899, CPC) ............................................................................................ 966
### SUMÁRIO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>6.13.</td>
<td>Auto de arrematação (art. 901, CPC)</td>
<td>966</td>
</tr>
<tr>
<td>6.14.</td>
<td>Arrematação &quot;perfeita, acabada e irretratável&quot; (art. 903, caput, CPC)</td>
<td>967</td>
</tr>
<tr>
<td>6.15.</td>
<td>Desfazimento da arrematação</td>
<td>969</td>
</tr>
<tr>
<td>6.15.1.</td>
<td>Sistematização das hipóteses de desfazimento da arrematação</td>
<td>969</td>
</tr>
<tr>
<td>6.15.2.</td>
<td>Desistência ou resilição unilateral da arrematação</td>
<td>969</td>
</tr>
<tr>
<td>6.15.3.</td>
<td>Ineficácia da arrematação por desrespeito ao art. 804 do CPC</td>
<td>973</td>
</tr>
<tr>
<td>6.16.</td>
<td>Ineficácia da arrematação por desrespeito ao art. 804 do CPC</td>
<td>973</td>
</tr>
<tr>
<td>7.</td>
<td>Efeitos da alienação</td>
<td>976</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.</td>
<td>Efeitos no plano material</td>
<td>976</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.1.</td>
<td>Título e modo da aquisição</td>
<td>976</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.2.</td>
<td>Responsabilidade tributária do adquirente</td>
<td>977</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.3.</td>
<td>Responsabilidade do adquirente pelas despesas condominiais</td>
<td>978</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.4.</td>
<td>Posse da coisa adquirida</td>
<td>978</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.5.</td>
<td>Alienação de bem objeto de locação ou comodato</td>
<td>979</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.6.</td>
<td>Purgação dos direitos reais de garantia</td>
<td>981</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.7.</td>
<td>Direito aos frutos pendentes do bem</td>
<td>981</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.8.</td>
<td>Traspaso dos direitos reais de gozo</td>
<td>981</td>
</tr>
<tr>
<td>7.2.</td>
<td>Efeitos no plano processual</td>
<td>982</td>
</tr>
<tr>
<td>7.2.1.</td>
<td>Conversão coativa da penhora</td>
<td>982</td>
</tr>
<tr>
<td>7.2.2.</td>
<td>Dever de pagar o preço</td>
<td>982</td>
</tr>
<tr>
<td>7.2.3.</td>
<td>Preclusão do direito de arguir a impenhorabilidade do bem arrematado</td>
<td>983</td>
</tr>
<tr>
<td>8.</td>
<td>Alienação judicial e as pretensões redibitória e de abatimento do preço (art. 441, Código Civil)</td>
<td>983</td>
</tr>
<tr>
<td>9.</td>
<td>Alienação judicial e evicção (art. 447, Código Civil)</td>
<td>984</td>
</tr>
<tr>
<td>10.</td>
<td>Remoção da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remoção do bem penhorado como fatos impeditivos da alienação judicial</td>
<td>986</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Capítulo 28** ▶ **Entrega do dinheiro ao credor** ▶ 989

1. Pagamento ao credor na execução por quantia certa ▶ 989
2. Entrega do dinheiro ao credor ▶ 989
3. Direito de preferência. Concurso de penhoras ▶ 991
   3.1. Disciplina geral ▶ 991
   3.2. Pressupostos ▶ 992
   3.3. Natureza jurídica ▶ 996
   3.4. O incidente: sujeitos e objeto ▶ 996
   3.5. Questões de alta indagação ▶ 998
   3.6. Procedimento ▶ 998
   3.7. Competência para o concurso. “Conexão em razão da penhora” ▶ 1000
Capítulo 29 ► Execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública

1. Observação preliminar

2. Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial em face da fazenda pública

3. A defesa da Fazenda Pública na execução fundada em título extrajudicial: os embargos à execução
   3.1. Generalidades
   3.2. Efeito suspensivo automático dos embargos
   3.3. Embargos parciais
   3.4. Procedimento dos embargos

4. Aplicação das regras sobre precatório e requisição de pequeno valor

5. Execução de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública

Capítulo 30 ► Execução fiscal

1. Noções gerais
   1.1. A dívida ativa da Fazenda Pública e a certidão de dívida ativa
   1.2. Dispensa da execução fiscal em casos de pequenos valores
   1.3. Substituição ou emenda da certidão de dívida ativa
   1.4. Protesto de certidão de dívida ativa. A questão da execução fiscal e os conselhos de fiscalização de atividade profissional
   1.5. Notificação para pagamento administrativo, restrição de crédito, averbação da CDA nos órgãos de registro de bens e direitos e sua “indisponibilidade”
   1.6. Possibilidade de condicionamento do ajuizamento da execução à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis

2. As legitimidades ativa e passiva na execução fiscal
   2.1. Legitimidade ativa
   2.2. Legitimidade passiva
   2.3. Responsabilidade do sócio-gerente ou diretor
   2.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Cabimento na execução fiscal

3. Competência
   3.1. Competência da primeira instância
   3.2. Competência do STF
   3.3. Competência da Justiça Estadual
   3.4. Competência da Justiça Federal
   3.5. Competência federal delegada
   3.6. Competência da Justiça Eleitoral
   3.7. Competência da Justiça do Trabalho
   3.8. Competência territorial
SUMÁRIO

3.9. Competência para execução fiscal e superveniência de falência ou de recuperação judicial ......................................................................................................................... 1038

4. Procedimento .................................................................................................................................................................. 1039

4.1. Fase inicial .................................................................................................................................................................. 1039

4.2. Citação na execução fiscal .......................................................................................................................................... 1041

4.3. Nomeação de bens à penhora .................................................................................................................................. 1043

5. Penhora na execução fiscal .......................................................................................................................................... 1044

5.1. Generalidades .................................................................................................................................................................. 1044

5.2. Intimação da penhora na execução fiscal ................................................................................................................... 1047

5.3. Concurso de penhoras na execução fiscal .................................................................................................................. 1047

6. Suspensão do processo pela falta de bens penhoráveis e reconhecimento da prescrição pelo juiz .............................................. 1048

7. A indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN ............................................................................................ 1050

8. Pedido de parcelamento (CPC, art. 916) .............................................................................................................................. 1052

9. Intimações e desnecessidade de intervenção do Ministério Público ............................................................................. 1053

10. A defesa do executado ...................................................................................................................................................... 1054

11. Da expropriação na execução fiscal ................................................................................................................................ 1060

12. Da sentença e da coisa julgada na execução fiscal ........................................................................................................ 1062

13. Dos recursos na execução fiscal ..................................................................................................................................... 1064

Capítulo 31  >  Execução de alimentos fundada em título extrajudicial ..... 1067

Capítulo 32  >  Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título executivo extrajudicial ......................... 1073

1. Considerações iniciais ............................................................................................................................................................ 1073

2. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer ........................................................................ 1074

3. Procedimento .................................................................................................................................................................. 1075

3.1. Introdução .................................................................................................................................................................. 1075

3.2. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário ..................................................................................................... 1076

3.3. Segunda fase: execução forçada .................................................................................................................................. 1080

3.3.1. Introdução .................................................................................................................................................................. 1080

3.3.2. A realização forçada da prestação de fato pelo próprio devedor ............................................................................. 1081

3.3.3. A realização da prestação de fato ou do desfazimento do ato indevido por terceiro ou pelo credor ..................... 1083

3.3.4. Conversão da prestação de fato em perdas e danos .................................................................................................. 1088

4. A defesa do executado ...................................................................................................................................................... 1090
Capítulo 33  ► Execução para entrega de coisa fundada em título executivo extrajudicial ...............................1093

1. Considerações iniciais ..................................................................................................................................1093
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa ..............................................1094
3. Procedimento ..............................................................................................................................................1094
   3.1. Introdução ...............................................................................................................................................1094
   3.2. Fase inicial da execução para entrega de coisa certa: prazo para cumprimento voluntário ..............................................................................................................................................1095
   3.3. Fase inicial da execução para entrega de coisa incerta: individualização da coisa e cumprimento voluntário ..............................................................................................................................................1098
   3.4. Segunda fase: execução forçada ....................................................................................................1101
   3.5. Conversão da obrigação em indenização por perdas e danos ...........................................1101
      3.5.1. Hipóteses que admitem conversão ...............................................................................1101
      3.5.2. Momento da conversão ......................................................................................................1102
      3.5.3. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos ..................1103
4. Defesa do executado ....................................................................................................................................1104
5. Indenização de benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos. Apuração do valor e exercício do direito de retenção ..............................................................................................................................................1105
   5.1. Considerações iniciais ............................................................................................................................1105
   5.2. Apuração do valor indenizatório ......................................................................................................1106
   5.3. O exercício do direito de retenção (os embargos de retenção por benfeitorias) ..................1110
6. Alienação da coisa litigiosa para terceiro.....................................................................................................1112

Bibliografia ...............................................................................................................................................1115